

António Vieira, Esse Povo de Palavras

António Vieira, That People of Words

Maria Manuel Baptista

Universidade de Aveiro

José Eduardo Franco

Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa
das Universidades de Lisboa (CLEPUL)

RESUMO: Com o presente texto, pretendemos ensaiar e propor uma síntese dos percursos da vida do Padre António Vieira: as suas mais ousadas propostas reformistas, as suas intervenções de crítica social, bem como os sucessos e fracassos da sua acção e obra, guiada e unificada pelo seu grande sonho utópico de construção de um mundo novo, consubstanciado na ideia de Quinto Império.

PALAVRAS-CHAVE: Padre António Vieira; Biografia; Política; Crítica Social; Reformas; Utopia.

ABSTRACT: With this text, we intend to make an essay and propose a synthesis of the life route of Father António Vieira: his daring reformist proposals, his interventions on social criticism, as well as the successes and failures of his action and work, guided and unified by his great utopic dream of building a new world, substantiated in the idea of the Fifth Empire.

KEYWORDS: Father Antonio Vieira; Biography; Politics; Social Criticism; Reforms; Utopia.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Poucos vultos da Cultura Portuguesa terão uma história de vida tão interessante, aventurosa, polémica e intensa como a do P.^o António Vieira. Vivendo estimulado pela acção e pelo combate político, no sentido mais amplo do termo, Vieira envolveu-se nas questões mais candentes do seu tempo, tomando partido e propondo soluções, combatendo os seus opositores e forjando inimigos, procurando aliados entre os poderosos, tanto quanto os combatendo e desafiando. Em tudo cultivou uma postura de grande risco e por vezes equívoca, que lhe valeu muitos dissabores e até mesmo a prisão.

Acompanhar e procurar compreender o percurso deste homem, que utilizava a palavra como arma e o púlpito como um palco, é o objectivo a que nos propomos nesta biografia do P.^o António Vieira que, sem pretensões de procura de dados históricos inéditos sobre a sua vida, visa tão só lançar sobre o jesuíta um olhar contemporâneo que nos devolva aquilo que na sua vida e reflexão continua a fazer para nós sentido hoje, e a ter valor cultural intrínseco, por ser, simultaneamente, intemporal e universal.

Assim sendo, é importante sublinhar o quanto uma compreensão alargada do “homem barroco” (no sentido em que Eugénio d’Ors¹ nos fala de um “estilo cultural” barroco com origem mais radical em Portugal, mas também na Península Ibérica) nos pode ajudar a compreender os famosos “paradoxos”, “contradições” e “oposições” de que a vida de Vieira foi feita. Longe de se tratar de incontornáveis dificuldades e inultrapassáveis problemas de coerência racional ou lisura moral, os equívocos e contradições que uma certa tradição biográfica e académica apresenta da obra e da vida do P.^o António Vieira mostram-nos como, acima de tudo, estamos face a um homem que responde à vida de um modo prático, um homem para quem a percepção da verdade passa pela vivência e pela inscrição nas circunstâncias do espaço e do tempo.

Como alguém que constantemente entra e sai do palco encarnando diferentes papéis, Vieira vai-se apresentando com posturas e concepções diferentes e até opostas ao longo do tempo, ora instigando os brasileiros a reivindicar perante a Coroa portuguesa, ora aclamando o rei D. João IV e o poder da Coroa portuguesa sobre o Brasil, ora proclamando a soberania da Pátria e o seu carácter divino e até profético no que respeita ao papel de líder do V Império, ora chegando a propor a soberanos europeus, no âmbito de uma estratégia diplomática muito específica, a divisão da nação e o recuo da Coroa portuguesa para o Brasil...

É também um homem a quem não faltaram convicções e certezas, as quais expunha brilhantemente nas suas prédicas, convencendo e maravilhando quem o escutava, mas com frequência não vencendo a realidade indiferente à sua, por vezes delirante, imaginação argumentativa.

Na verdade, Vieira nunca parece ter admitido que o poder da palavra não fosse soberano em relação ao real e nesta teia imaginária logrou quase sempre embalar os ouvintes apaixonados pela beleza dos seus sermões, mas também exasperou inimigos que não cessou de suscitar durante toda a sua longa vida que coincidiu, praticamente, com todo o século XVII (1608-1697).

António Vieira foi um homem de emoções fortes e acção decidida, violento com os seus detractores, corajoso quando se tratava de contrariar a turba, temerário quando chega a criticar D. João IV, rei amigo e protector; e foi até demasiado ousado ao, num sermão, repreender severamente Deus por proteger os Holandeses nos seus ataques bem sucedidos contra os Portugueses na costa norte do Brasil. O prazer de viver nos limites, humanos e naturais (postura vivencial própria do homem barroco) ou, segundo alguns, não conhecer mesmo nenhum limite para as suas palavras e para a sua acção, fizeram dele uma figura que, talvez hoje, a partir da cultura contemporânea, estejamos em melhor condição de compreender, e menos de julgar, do ponto de vista da coerência lógica (que não cultivou) ou da acção prudente (que

quase sempre ignorou). Mas apesar de ter experimentado excessos, foi sempre um espírito inquieto que procurava incessantemente o equilíbrio e amava a moderação, tendo “horror aos extremos”, pois, como bem observou Pedro Calafate, sabia que era nos extremos que “a virtude se perdia”².

Compreender Vieira, começando por acompanhá-lo ao longo dos 89 anos que viveu, existência reflectida igualmente na vasta obra que nos deixou, é talvez a melhor homenagem que lhe podemos prestar ao comemorar os 400 anos do seu nascimento. Compreender Vieira a partir da nossa circunstância cultural actual passa, em nosso entender, por relê-lo à luz das determinações históricas, sociais, políticas e económicas do seu tempo, suspeitar-lhe os arroubos de emoção e entusiasmo, sentir-lhe as decepções e angústias, pressentir-lhe as ansiedades e as dúvidas, mas também deixar-se seduzir pela sua poética e imaginação, admirar-lhe as astúcias de que foi capaz no jogo da vida e da política, as causas certíssimas que sempre defendeu (por vezes, pelas razões erradas), entre as quais a dos índios brasileiros e a dos cristãos-novos, enfim, senti-lo essencialmente como um não-contemplativo mas, como muito bem sublinhou já o seu “moderno descobridor” Lúcio de Azevedo, «(...) um espírito para tudo apto, de tudo apaixonado, e em tudo raro»³.

Na cultura portuguesa, ele desempenhará ainda um outro papel ímpar, como muito bem assinala Eduardo Lourenço, num belíssimo prefácio que escreveu em 1998 para a edição francesa de *A Missão de Ibiapaba*: «O império de Portugal, seu império real, extingue-se numa espécie de crepúsculo. Mas sob esse sol poente, brilha um outro império, oposto ao mundo, como o sonhará por sua vez Pessoa: o império que Vieira, apóstolo de um Deus a um só tempo poderoso e insondável, erige “sobre os simulacros da realidade”. Com esses simulacros – a sua experiência de glória mundana e de fracassos –, ajudado não somente pelos seus dons de visionário, mas por uma língua que nunca deixou de causar espanto e de fazer sonhar aqueles que penetram no seu jardim

de metáforas, ele oferece-nos a essência de uma palavra que só se pode apoderar do sentido da realidade através do espelho de Deus. Como sua sombra»⁴.

Na celebração do III centenário da sua morte, em 1997, os mais altos órgãos do Estado Português quiseram homenagear condignamente um dos maiores portugueses da história da cultura. O então Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, denominou o Padre António Vieira numa expressão lapidar que tenta abarcar a dimensão vasta da sua vida, da sua obra e do seu pensamento, daquele que foi amante da liberdade e da universalidade, pontificando pelo poder da retórica: “Vieira, esse povo de palavras”⁵.

É, pois, “esse povo de palavras”, de vida, de ideias, paixões, de liberdade, de lutas, de utopias, que pretendia abraçar todo o universo numa só corrente de amor, que vamos tentar apresentar ao longo destas páginas. Segue-se, pois, a história do Padre António Vieira, tecelão de utopias, cuja vida procurou ser ela mesma uma utopia vivida, superando o seu tempo, e que ainda hoje muito tem para nos inspirar.

TEMPOS DE FORMAÇÃO

Quando no dia 18 de Julho de 1697 morreu o jesuíta, na sua querida Cidade da Baía, onde não nasceu mas onde recebeu toda a formação juvenil, a imaginação febril da população, referida por um dos seus primeiros biógrafos, André de Barros, viu o céu incendiar-se ao receber a alma do P.^e António Vieira: «No mesmo ponto e hora da noite em que expirou, ascendeu ao céu uma nova estrela em facho luminoso, que foi visto sobre o colégio e notado dos de fora: brado portentoso e pregão divino dos merecimentos do imortal Vieira (...)»⁶.

Foi precisamente neste ambiente de milagre e prodígio, de contagiante sentimento místico, que o jovem António Vieira, então com quinze anos, optou um dia por fugir para os braços da Companhia de Jesus em cujo colégio virá a falecer. Dois

extremos de um mesmo arco, o da vida, que, se quisermos ser rigorosos, não teve o seu início no Brasil mas em Portugal.

Nasceu o “imortal Vieira” em Lisboa, a 6 de Fevereiro de 1608, na Rua dos Cónegos, na vizinhança da Sé, no seio de uma família modesta e sem pergaminhos (embora mais tarde o próprio lhos quisesse encontrar, não na ascendência dos Vieiras, mas nos Ravascos, família de maior nobreza, ambas de Moura): era o primeiro filho de Cristóvão Vieira Ravasco (nascido em Santarém) e de Maria de Azevedo (moradora em Lisboa).

Esta, por sua vez, era filha de Brás Fernandes, armeiro da Casa Real que, por desempenhar essa função, tinha obtido a benesse de um ofício de justiça ou fazenda para o homem com quem a filha casasse (e daí a família de António Vieira ter rumado à Baía quando aí se criou a Relação). A avó materna de António Vieira era, por sua vez, padeira dos frades de S. Francisco. Mais tarde será acusado pelos seus muitos inimigos de ter sangue judeu, o que nunca o Tribunal da Inquisição conseguiu provar aquando das Inquirições de Sangue a que procedeu (na verdade, tratava-se de uma vingança pela defesa que fez dos judeus e cristãos-novos que haviam sido expulsos de Portugal).

Já do lado da família paterna, o próprio pai, numa parte da sua vida, e o avô tinham sido criados dos condes de Unhão. A avó paterna teria sido uma mulata ou índia que também prestava serviço na casa dos condes (de onde ambos foram despedidos por causa dos amores em que se envolveram, para de seguida casarem). As próprias feições do P.^c António Vieira revelam esta ascendência negra ou índia no retrato a que hoje se concede maior grau de verosimilhança. De qualquer forma, as descrições físicas do jesuíta feitas pelos seus contemporâneos confirmam esta mesma ascendência de cor, sublinhando o quanto era alto e de tez escura, com um corpo esguio e uma voz forte e sonante, que a todos envolvia do alto do púlpito da majestosa igreja barroca quando pregava o sermão, que não era lido mas dito de memória depois de decorado ou, as mais das vezes, fruto do improvisado.

O pai, escrivão das devassas dos pecados públicos num tribunal em Lisboa (que servira a Armada antes do casamento), rumou à Baía (Brasil), em 1609, deixando António de um ano com a sua mãe, para se tornar escrivão na aí recém-criada Relação. Ao regressar a Lisboa, em 1612, tem um segundo filho e em breve embarcará, com toda a família, de novo para o Brasil.

Em 1614, com seis anos, parte então António Vieira para a Baía, tendo já aprendido as primeiras letras por acção da própria mãe. Sendo o colégio dos jesuítas naquela cidade o principal foco da vida intelectual do Estado, é natural que daí tivesse recebido as primeiras luzes de ensino como aluno externo. Era precisamente de entre o conjunto destes alunos que os Jesuítas escolhiam os mais propensos a uma vocação religiosa ou ainda aqueles que revelassem maior talento ou mesmo os mais afortunados ou de mais relevante posição social. O importante é que fossem considerados como uma aquisição que pudesse valorizar a instituição religiosa. Uma vez escolhidos estes jovens, iniciava-se todo um trabalho de afeição da vontade e de motivação religiosa e mística (por exemplo, multiplicando-se os relatos milagrosos dos Santos da Companhia e os prodígios que se lhes atribuíam), inculcando-lhes o gosto pelas actividades de missionaçã e ensino que a Ordem levava a cabo, a adesão e orgulho nos seus símbolos exteriores, mas também pela interiorizaçã dos seus valores mais perenes, estimulando neles as virtudes evangélicas reputadas de essenciais: obediência, pobreza e castidade.

Numa noite, a 5 de Maio de 1623, com 15 anos, evadiu-se o jovem António de casa para o colégio, onde de braços abertos o recebeu o reitor, naquilo que era um caso trivial das tradições da Companhia. No dia seguinte, encetou o noviciado. O violento chamamento que sentiu em si para a vida religiosa é descrito pelo próprio nos seguintes termos: «aos 11 de Março de 1623, ouvindo uma história do inferno, em uma pregação da tarde, do Padre Manuel do Couto, me deu Deus a primeira inspiração eficaz de entrar religioso»⁷.

A família tentou contrariar-lhe o propósito, mas acabou por ter de se render à opção de Vieira, porventura compreendendo o quanto ela lhe era também favorável do ponto de vista de um projecto de vida que poderia ser estável e até socialmente prestigiante.

Não admira também que para explicar as dificuldades iniciais de Vieira no decorrer dos dois anos de noviciado que se lhe seguiram, em que o génio de Vieira não se revelou de imediato, tivesse surgido igualmente uma história prodigiosa que vem a mudar-lhe o destino de pregador: como compreendia mal e decorava mal, em tudo aluno medíocre, decidiu-se a pedir em súplica à Virgem das Maravilhas que lhe desse maior aptidão para os estudos. O seu mais antigo biógrafo, o P.^e André de Barros, refere o testemunho de um confidente que ouviu do próprio P.^e António Vieira o relato do milagre que então se operou por meio de um estalido no cérebro, acompanhado de dor tão violenta que pensou que iria morrer. Em seguida, a lição que ia dar, que lhe parecia obscura e difícil de recordar, tornou-se-lhe claríssima e presente ao espírito, como nos relata o seu biógrafo Lúcio de Azevedo: «Dera-se-lhe na mente uma transformação de que tinha consciência. Chegado às classes pediu que o deixassem argumentar, e com pasmo dos mestres, venceu a todos os condiscípulos. Daí por diante, foi ele o primeiro e mais distinto em todas as disciplinas»⁸.

Durante estes dois anos de noviciado, foram suspensas as aulas literárias, privilegiando a educação da vontade, que conduziria à formulação solene dos votos de obediência, pobreza e castidade. De entre estas virtudes, a obediência (que deveria, segundo os mentores da Companhia, aproximar-se da de um cadáver que não reage nunca) era considerada a primeira e filha da humildade, que se conquistava por diversos meios: em primeiro lugar pela confissão semanal, mas também pelo prestar periodicamente contas ao superior sobre o estado da sua consciência em matéria que não seja de pecado, mas de vocação ou acatamento dos preceitos da Ordem. Para além disso, havia ainda confissão

pública de faltas que decorria no refeitório, ou a “lapidação” que consistia na acusação, igualmente pública, por parte dos companheiros, de alguma falta, acto, gesto ou defeito extremo que lhe tenha sido encontrado.

A 8 de Maio de 1624, a armada holandesa da Companhia Ocidental, sob o comando de Jacob Willekens, apodera-se da Baía e prende o governador Diogo de Mendonça Furtado. O bispo fugiu durante a noite, pondo a salvo as relíquias dos jesuítas que, com a população, fogem para as aldeias de indígenas de S. João e Espírito Santo (hoje Abrantes, onde, a 7 léguas da Cidade da Baía, Vieira havia tido já o seu primeiro contacto com a missão dos índios, procurando aprender as suas línguas), localidades controladas pela Companhia de Jesus.

Vieira tinha então 16 anos e anotou os acontecimentos na *Carta Anua* de 1626 e já aí é excelente a descrição que desse primeiro assalto faz o jovem noviço.

A 30 de Abril de 1625, chegam à Baía socorros de Pernambuco e do Rio, além da armada de D. Francisco de Toledo enviada da metrópole. Os holandeses capitulam e regressam à Europa. A 5 de Maio, os Jesuítas celebram, na sua igreja da Baía, a vitória dos portugueses. No dia seguinte, Vieira, com 17 anos, proferiu os chamados votos simples de pobreza, obediência e castidade, fazendo deste modo promessa de entrar na Companhia. Tornou-se então estudante.

Nos finais do ano de 1626 ou começos de 1627 deixou a terra onde fizera os primeiros estudos para ir reger a cadeira de retórica no colégio de Olinda. Com 18 anos já Vieira é preferido em detrimento dos padres de mais letras, sem dúvida por ser um latinista de excepção e perfeito a dominar a língua vernácula.

DÉCADA DE REVELAÇÃO

Nos oito anos seguintes até se ordenar sacerdote, em Dezembro de 1634, pouco se sabe da vida de Vieira, seja por nada de

particular haver a registrar, seja porque a sua rotina na preparação para o grau de professo nada tenha trazido de excepcional, a não ser a menção de que nas classes de Filosofia e Teologia, Vieira era excepcional aluno. Na Quaresma de 1633, pregou pela primeira vez na Baía o *Sermão da Quarta Domingo*, onde o seu talento de orador se começava já a revelar pelo uso de uma linguagem bélica e conceitos militares pouco comuns no púlpito e que soavam de forma desusada a ouvidos habituados ao *som das caixas e trombetas*, como dizia o orador.

Em 1638, foi nomeado lente de Teologia, com fama de notável orador, um pregador que apresentava já a grandiosidade e as dificuldades que acompanharão constantemente o uso que fará da palavra. De acordo com Lúcio de Azevedo, «Vieira tinha erudição, estilo grandioso, intimativa, número, propriedade notável de linguagem, elegância e pureza, de uma parte; de outra, o abuso das alegorias, das antíteses, as subtilezas, os trocadilhos, os maneirismos que infamavam a literatura da época e sobretudo a eloquência»⁹.

Entretanto, desde 1636 até 1641, altura em que viajará para Portugal, aplica-se todo a doutrinar os índios das aldeias e a gentilidade do Maranhão e do Pará. No primeiro caso, tratava-se de iniciar nos costumes europeus os índios, já baptizados, que os padres ali mantinham em tutela. Vieira pregava-lhes nas suas línguas e ensinava-lhes o catecismo. Já a gentilidade do Maranhão e do Pará se referia aos índios no seu estado natural, dispersos pelo sertão imenso e que Vieira ia buscar a matos e bosques para os trazer ao limiar do cristianismo e da civilização ocidental. O colégio dos Jesuítas era para ele apenas ponto de passagem e alojamento transitório, estando a maior parte do tempo com os índios no mato, sendo aí verdadeiramente pregador e missionário.

Ainda no ano de 1638, a 16 de Abril, desembarcou o holandês Maurício de Nassau em frente da cidade da Baía, vindo de Pernambuco com forças poderosas (3400 soldados europeus e mil índios auxiliares). Mas desta vez puderam os portugueses

repelir o ataque, que redundou num cerco de apenas 40 dias. A fuga do inimigo holandês é descrita pelo P.^e António Vieira de modo impressionante e muito vivo num dos seus sermões: «A artilharia deixada e carregada nas plataformas sem retirar o inimigo uma peça; o pão cozendo-se nos fornos, as olhas dos soldados ao fogo, as tendas, as barracas, as armas, a pólvora, tudo desamparado, sem ordem, no precipício da desesperação não só temerosa mas atónita: sobretudo o silêncio das caixas e das trombetas com que tão confiados se tinham aquartelado, mudo e insensível às nossas sentinelas»¹⁰.

A partir da Europa preparava-se entretanto a armada comandada pelo conde da Torre com forças de Portugal e Castela, destinando-se à conquista de Pernambuco. A viagem foi demorada e acidentada, tendo os navios passado por Pernambuco sem poderem atacar os holandeses. A 23 de Janeiro, chegou a armada à Baía, já desmantelada. Em Outubro, estava pronta para o combate e, a fim de celebrar condignamente a saída da armada com direcção a Pernambuco, de novo foram solicitados os serviços do P.^e António Vieira que, num sermão, invectiva especialmente a fidalguia (com algum menosprezo dos plebeus também presentes) dos Reinos de Portugal e Castela à vitória sobre os holandeses. A expedição correu mal: a armada esboçou um desembarque na costa, bateu-se sem conseguir dominar o inimigo e retirou vencida, em grande parte rumo à Índia. Desanimado, Vieira chega a considerar que Deus não quer a restauração do Brasil. Num sermão, provavelmente de 1640, em que comenta a derrota, afirma: «Assim vencido da sua própria vitória aquele grande poder, e fugindo sem fugir (porque fugia o mar em que navegava), podendo mais a desgraça que o valor, a natureza que a arte, e a força do destino que a dos braços, perderam os derrotados e tristes conquistadores o mar, perderam a terra, perderam a empresa, perderam a esperança, e nós que neles a tínhamos fundado também a perdemos»¹¹.

Nesse, que é um dos sermões mais invulgares (e extremos)

que Vieira pregou contra as armas da Holanda, quando em Maio de 1640 o almirante Lichthart sitiava a Cidade da Baía, pode escutar-se a dura crítica do jesuíta à própria pessoa de Deus: «Mas pois Vós, Senhor, o quereis e ordenais assim, fazei o que fordes servido. Entregai aos Holandeses o Brasil, entregai-lhe as Índias, entregai-lhe (...) quanto temos e possuímos (como já lhe entregaste tanta parte); ponde em suas mãos o mundo, e a nós, aos Portugueses e Espanhóis, deixai-nos, repudiái-nos, desfazei-nos, acabai-nos! Mas só digo e lembro a Vossa Majestade, Senhor, que estes mesmos que agora desfavoreceis e lançais de Vós, pode ser que os queirais algum dia e que os não tenhais (...). Abrasai, destruí, consumi-nos a todos, mas pode ser que algum dia queirais Espanhóis e Portugueses e que não os acheis. Holanda vos dará pregadores evangélicos que semeiem nas terras dos bárbaros a doutrina católica e a reguem com o próprio sangue; Holanda defenderá a verdade dos vossos sacramentos e a autoridade da Igreja Romana; Holanda edificará templos, Holanda levantará altares, Holanda consagrará sacerdotes e oferecerá o sacrifício do vosso santíssimo Corpo; Holanda, enfim, vos servirá e venerará tão religiosamente como em Amesterdão, Medelburgo, Flissinga e em todas as outras colónias daquele frio e alagado inferno se está fazendo todos os dias?!»¹².

Por esta altura, e para além do tom já profético dos seus sermões, é o P.^c António Vieira um aparente defensor do poder castelhano em Portugal durante o domínio filipino, mostrando-se ainda não entusiasticamente sebastianista, dimensões do seu discurso que mudarão radicalmente aquando da Restauração em 1 de Dezembro de 1640.

Por uma tradição arreigada entre os jesuítas, correu sempre a ideia de que a notícia da aclamação de D. João IV chegou, por milagre, ao Brasil, à África e à Índia, no próprio dia da Revolução. Na verdade, tal notícia só chegou a Salvador da Baía no ano seguinte, em 1641. Acompanhando D. Jorge Mascarenhas, filho do governador, e o P.^c Simão de Vasconcelos, Vieira, com 33

anos, regressa a Portugal, com o intuito de trazer a adesão do Estado a D. João IV, 27 anos depois de ter viajado com a família para o Brasil.

Partiu a 27 de Fevereiro de 1641 de São Salvador da Baía (cidade à qual apenas regressará 40 anos mais tarde, em 1681) e desembarca em Peniche em 28 de Abril desse mesmo ano, para iniciar um dos períodos mais conturbados, movimentados, apaixonantes e polémicos da sua longa vida.

AFIRMAÇÃO DO PREGADOR E DO POLÍTICO

Uma vez em Lisboa, o P.^c António Vieira conquista a confiança e amizade de D. João IV, que o faz pregador régio, em 1644. O rei, apercebendo-se da particular sensibilidade do jesuíta para os negócios do Estado, tornou-o também seu conselheiro particular, vindo mesmo a desempenhar funções de diplomata.

Nesta nova situação, Vieira metamorfoseia-se numa figura de alcance nacional que procura vencer na metrópole, não tanto como missionário jesuíta como apontava a sua formação, mas sobretudo procurando exercer influência política e mudar o rumo dos acontecimentos num momento particularmente difícil da vida da nação pós-Restauração. Este período, essencialmente mundano, abrange os anos de 1641 a 1652.

No dia 1 de Janeiro de 1642, pregou pela primeira vez o jesuíta na Capela Real de D. João IV e logo aí se embrenhou na política, tendo desenvolvido um discurso anticastelhano e agora até sebastianista, aproveitando para investir o rei como o monarca predestinado por quem esperava e chorava a nação há tanto tempo:

«Mas ainda que concedamos que os Portugueses não souberam esperar, não lhes neguemos que souberam amar, e com muita ventura; que talvez buscando a um rei morto, se vêm a encontrar com um vivo. (...) [Portugal] buscava-o por esse Mundo, perguntava por ele, não sabia onde estava, chorava, suspirava, gemia, e o rei

vivo e verdadeiro deixava-se estar encoberto e não se manifestava, porque não era ainda chegada a ocasião; (...) então se descobriu o encoberto Senhor, porque então era chegado o tempo, dizendo-nos aos Portugueses o que diz S. Gregório que disse Cristo à Madalena: ‘Reconhecei a quem vos reconhece’; reconhecei por rei a quem vos reconhece por vassalo. Então sim, e não antes; então sim e não depois; porque aquele e não outro era o tempo oportuno e determinado de dar princípio à nossa redenção. (...) Daqui fica tacitamente respondida uma não mal fundada admiração, com que parece poderíamos reparar os Portugueses, em que os sereníssimos duques de Bragança vivessem retirados todos estes anos, sem acudirem à liberdade do Reino, como legítimos herdeiros que eram dele»¹³.

Neste sermão, o *dos Bons-Anos*, é possível também vislumbrar já a projecção utópica do V Império espiritual que Vieira não se cansará de profetizar, atribuindo a D. João IV a responsabilidade de, pela sua acção, unir todo o mundo cristão e não cristão, como lhe parecia estar claramente indicado na sua muito particular interpretação das Sagradas Escrituras:

«Ora grande simpatia tem a mão de Deus com o nome de João. Bem o mostrou o Senhor na feliz aclamação de Sua Majestade, que Deus nos guarde, como há-de guardar muitos anos, pois aos ecos do nome de João, despregou da cruz o braço o mesmo Cristo, assegurando-nos que, assim como a mão de Deus estivera com o primeiro João da Judeia, assim estava e havia de estar com o quarto de Portugal (...)»¹⁴.

E prossegue, desenhando a sangue e sonho, com voluptuosa e enérgica palavra, o V Império que há-de vir pela mão dos portugueses:

«Grande ânimo, valentes soldados, grande confiança, valorosos Portugueses, que assim como vencestes felizmente estes inimigos, assim haveis de vencer todos os demais; que, como são vitórias dadas por Deus, este pouco sangue que derramastes em fé de seu poderoso braço, é prognóstico certíssimo do muito que haveis

que derramar vencedores; não digo sangue de católicos, que espero em Deus que se hão-de desapaixonar muito cedo nossos competidores, e que em nosso valor e em seu desengano hão-de estudar a verdade de nossa justiça; mas sangue de hereges na Europa, sangue de mouros na África, sangue de gentios na Ásia e na América, vencendo e sujeitando todas as partes do Mundo a um só império para todos em uma coroa as meterem gloriosamente debaixo dos pés do sucessor de S. Pedro. Assim o contam as profecias, assim o prometem as esperanças (...)»¹⁵.

ESTRATEGIA POLÍTICO, DIPLOMATA E DEFENSOR DOS CRISTÃOS-NOVOS

A D. João IV agradou o que chamava de “lábria” do pregador e dedicou-lhe sempre uma amizade e protecção que resistiram mesmo aos fracassos diplomáticos das incumbências de que mais tarde investirá o jesuíta. Entretanto, Vieira continua a incentivar os Portugueses à resistência contra Castela e propõe mesmo algumas medidas económicas, entre as quais se destaca a necessidade de contar com o apoio dos judeus e cristãos-novos portugueses exilados em diversas partes da Europa, mas sobretudo concentrados na Holanda.

A defesa destes judeus junto ao rei, propondo-lhe mesmo que se lhes concedesse liberdade de culto “como acontecia em Roma”, tinha relação com um outro projecto que acalentava há já algum tempo: a criação de uma Companhia de Comércio que protegesse o comércio com o Brasil de perigos e ataques de corsários, mas principalmente de holandeses e ingleses. Se esta proposta terá sucesso, já a defesa dos judeus e cristãos-novos portugueses (com cujo apoio monetário contava para a criação da Companhia de Comércio, mas também para custear o esforço de consolidação e reconstrução do Portugal restaurado) lhe trará os maiores dissabores junto da Inquisição e mesmo junto da sua própria Companhia, a quem, para além disso, não agradava os exageros e até desvios teológicos do pregador e muito menos

o seu comportamento demasiado secular, vindo a sofrer as represálias de ambos os lados: acabou por ser preso pela Inquisição e esteve a ponto de ser expulso da Ordem a que pertencia.

Efectivamente, a corte portuguesa a que chegara era para o P.^e António Vieira um mundo deslumbrante, que viveu quase como um sonho, esquecido das virtudes da humildade, da modéstia e do silêncio. Como sublinha o biógrafo Lúcio de Azevedo, considerando que a vaidade foi sempre o seu achaque, «o obséquo dos grandes, a lisonja do aplauso ao pregador, eram fumos que o inebriavam e traziam alheado do que era na vida real»¹⁶. A Companhia de Jesus queria-o no púlpito, ao qual parecia pertencer naturalmente, mas a sua motivação profunda, a sua paixão, era a política e todo o tempo lhe estava tomado pelas ocupações mundanas.

Vieira completara 35 anos de idade, tinha 20 de religioso e 9 de sacerdote e ainda não era um jesuíta completo, com a categoria de professo. Por isso, o ano de 1643 foi um ano de recolhimento, por ser o terceiro de provação antes de se tornar jesuíta de pleno direito. No final desse ano, que Inácio de Loiola chamou de “escola do afecto”, deveria estar o jesuíta pronto a acrescentar aos três votos que já fizera (obediência, castidade e humildade) o de total obediência ao Papa. Nesse ano, não podia o candidato a professo encetar novas leituras ou reler as antigas, nem envolver-se em assuntos mundanos (o que apenas terá realizado em parte, pois o seu espírito continua ocupado com a questão judaica). Tratava-se acima de tudo de fazer exercícios de memória, realizar trabalhos manuais, tal como eram impostos aos noviços, moldando a vontade, impondo a humildade e contrariando os instintos naturais. No dia 22 de Maio de 1644, pronuncia Vieira os últimos votos, obtendo o grau de professo.

A proposta em favor dos judeus expatriados tem a data de 3 de Julho de 1643: em forma de Petição dirigida ao rei aconselhava-o a que deixasse retornar os judeus a Portugal e a impedir o confisco dos bens aos cristãos-novos. Ora, toda esta defesa

evocando razões económicas (o país necessitava desesperadamente do apoio económico dos judeus), razões de humanidade (perseguir os judeus era contrário à lei divina e humana) e razões de fé (os israelitas, de acordo com as profecias de Bandarra, teriam um papel importante na edificação do V Império pelo rei português), redundaria numa profunda animosidade que contra ele se criou, quer por parte dos inquisidores, quer por parte dos muitos fanáticos de mentalidade tacanha e obscurantista que nutriam um profundo ódio pelos judeus.

A 21 de Agosto de 1644, poucos meses após os votos de professo, Vieira profere um sermão onde, prometendo a D. João IV a monarquia do universo, considera que os principais problemas do país são as difíceis relações com a Holanda (desde logo o caso de Pernambuco), o perigo da guerra e a defesa de Portugal, que o auxílio dos judeus pode proporcionar se não forem mais hostilizados. Para os mais reticentes no uso de dinheiro judeu, recordava que «não houve no mundo dinheiro mais sacrílego que aqueles trinta dinheiros por que Judas vendeu Cristo»¹⁷ e, no entanto, com ele foram feitas duas coisas notáveis: a primeira foi ter-se comprado «(...) um campo para sepultura de peregrinos (...)» e a segunda «(...) foi que mandou Cristo a el-rei D. Afonso Henriques que destes 30 dinheiros, e mais das suas cinco chagas, se formassem as armas de Portugal(...)», donde se prova que a vontade de Deus é «(...) que o dinheiro que foi instrumento da maior impiedade passe a servir as obras da maior piedade (...)»¹⁸.

É ainda nesta ocasião que aproveita para propor publicamente a criação de duas companhias mercantis, uma Oriental e outra Ocidental, que, à semelhança do que fazia a Holanda, pudessem trazer seguras as mercadorias da Índia e do Brasil.

Bem se pode imaginar o escândalo e a surpresa que teses tão arrojadas para a época não puderam deixar de provocar, tendo ainda como efeito lateral a publicação da sua antiga Petição a favor dos judeus.

A edição foi apreendida por Ordem do Santo Ofício e

provocou o desagrado da Companhia de Jesus, mas não lhe trouxe qualquer dificuldade na manutenção da amizade e protecção do rei, como se depreende pelo facto de, em 1644, D. João IV conceder o diploma de Pregador Régio a Vieira e ao seu pai alvará de promessa do hábito de Cristo e tença de 40 mil réis. De resto, foi o próprio D. João IV quem valeu ao inaciano neste apuro junto dos seus superiores, impedindo uma pena disciplinar com uma carta abonatória dirigida ao Provincial da Companhia.

Em 1646, encarrega-o D. João IV de uma missão diplomática importante em França e na Holanda. Parte de Lisboa a 1 de Fevereiro em missão, não propriamente oficial, e com dois objectivos essenciais: em primeiro lugar, procurar ter voz activa na “Paz Geral” que ocorria na Vestefália e envolvia as nações europeias e, em segundo lugar, na Holanda, procurar comprar Pernambuco, no Brasil, que continuava em posse dos flamengos.

O primeiro objectivo prendia-se claramente com a necessidade absoluta de manter Castela ameaçada, ou pelo menos incomodada, pela França e pela Holanda, sem o que se voltaria, de espírito e recursos livres, para ameaçar os portugueses (que, apesar de tudo, se iam mantendo independentes, mais por dificuldades pontuais de Castela do que pelos sucessos de Portugal).

O segundo objectivo, que parecia mais facilmente atingível, revelou-se de uma assinalável dificuldade, pois o contexto em que Vieira pretende negociar em Haia é assaz complexo e hostil à causa portuguesa. Chegado a 18 de Abril de 1646 à Holanda, reúne com Sousa Coutinho, o embaixador português que, em vão, tenta negociar a compra de Pernambuco com os Estados-Gerais. Duas dificuldades maiores se apresentam: a indisposição contra Portugal que, na opinião dos flamengos, instigara a revolta pernambucana contra o seu governo, e a absoluta necessidade de avultadas quantias em dinheiro, não só para efectuar a compra de Pernambuco à Companhia Ocidental, por três milhões de cruzados, mas ainda mais cerca de meio milhão para subornar os deputados e magistrados mais influentes e poderosos, convencendo-

os a negociar com os portugueses.

De volta a Portugal, sem poder negociar com os holandeses e tendo a noção do progressivo isolamento de Portugal no contexto europeu, dado o adiantado das negociações preliminares entre Espanha e a Holanda em Vestefália, redige um documento ao rei onde propõe algumas soluções que colocará em prática no ano seguinte, quando volta à França e à Holanda.

No Verão de 1646, propunha Vieira a D. João IV que se usasse o dinheiro dos judeus na Holanda para efectuar a compra de Pernambuco, pagando em cinco ou seis anos a quantia proposta. Esse pagamento poderia ser feito por fiança através de comerciantes portugueses que teriam ligações com mercadores da Holanda.

Para que tal pudesse ser garantido ao rei, já Vieira tinha contactado com cristãos-novos portugueses e judeus em Ruão e na Holanda, obtendo a sua colaboração a troco da garantia de não mais serem hostilizados pela Inquisição. Para o efeito, fazem chegar às mãos do rei um documento em que exigem algumas contrapartidas, que não se podem ficar por simples distinções honoríficas, mas que implicavam a possibilidade de regressar à Pátria, livres de qualquer perseguição, bem como a reforma dos procedimentos do Tribunal da Inquisição (queriam, por exemplo, conhecer o nome de quem os acusava), isenção do fisco de todo o capital envolvido em comércio português e igualdade nos direitos civis (designadamente, a abolição da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos, ficando o exame de fé a ser o suporte do juízo relativo à religiosidade do réu).

Se bem que não tivesse a assinatura de Vieira, que teoricamente seria apenas o portador de um tal documento, aquele defendia-o como se fosse de sua lavra, alegando que a sua aceitação implicaria o aumento do comércio e a prometida saúde económica em Portugal, que vivia já a Holanda, para além de se tratar de uma questão de justiça e humanidade.

O rei acede à compra de Pernambuco pela quantia apazada e promete igualmente mandar o dinheiro para comprar os

políticos da Holanda (o que nunca veio a fazer), mas a solução para os problemas da fragilidade interna e externa do Portugal restaurado, vê-a antes na possibilidade de interessar a França na causa portuguesa, opondo-se assim aos interesses da Holanda e da Espanha. É neste contexto que os conselheiros do rei lhe propõem que se faça o casamento entre o herdeiro da Coroa, D. Teodósio, com uma princesa francesa, Mademoiselle de Montpensier, filha do duque de Orleães. Esta hipótese, que os portugueses viam como politicamente salvadora, parecia absurda àquele que seria o principal intermediário francês, o cardeal Mazarini.

Os putativos noivos não podiam ser mais diferentes. De acordo com os testemunhos da época referidos por Azevedo, ela «mais velha sete anos do que o príncipe, alta em demasia – para tal lhe chamavam a Grande Mademoiselle –, robusta e de voz grossa, desleixada no trajar, nos modos e na resolução uma virago, tal era a rainha destinada aos Portugueses. No que toca à beleza, vermelhaça, de rosto borbulhento, maus dentes e o narigão dos Bourbons; mas os cabelos loiros abundantes, o porte erecto e nobre, compunham o que na fisionomia e no jeito da pessoa poderia parecer desagradável. Em tudo isto, saltava aos olhos a disparidade com o pretendente, mal entrado na adolescência, gentil no corpo, dado a devoções e já maníaco da astrologia, bisonho e metido em si, podendo suspeitar-se que até um tanto mulherengo: antítese completa de pessoa e carácter, ainda sem levar em conta o que os ares soltos da princesa diferiam do tom recolhido de clausura do Paço de Lisboa. Isso, em suma, pouco importava ao rei, inquieto pela segurança da coroa»¹⁹.

Por isso, tenta tudo: desde oferecer ao cardeal Mazarini a rendosa mitra de Évora (ou a quem ele designasse) até imaginar a sua própria retirada para o Brasil, transformando a colónia em reino e entregando ao pai da noiva a regência de Portugal até à maioridade de D. Teodósio.

Tudo indica que Vieira tomou parte deste plano, nele trabalhou

e com ele concordava. De qualquer forma, o que se sabe com certeza é que foi encarregado de executar junto do cardeal Mazarini em França, tendo mesmo instruções para abandonar Pernambuco à sua sorte no caso de se obter a promessa, por parte dos flamengos, de que cessariam em troca toda a hostilidade contra os portugueses em continente americano.

Com este duplo encargo, parte de novo o P.^e António Vieira para França no dia 13 de Agosto de 1647, onde encontra a mais absoluta resistência por parte do bom senso do cardeal Mazarini (com quem tem uma primeira entrevista a 17 de Outubro) e a relutância do embaixador português em França, o marquês de Niza.

Desengano, relata os nulos resultados das suas diligências ao rei (em cartas que se perderam na sequência dos incêndios do Terramoto de 1755) e, extremamente flexível e decidido, parte de imediato para a Holanda, a 22 de Novembro, procurando levar a bom termo parte do seu encargo.

Na Holanda também nada conseguiu, pois o dinheiro prometido pelo rei para concretizar a compra de Pernambuco (cuja conquista definitiva à Holanda se dará em 1654) e o suborno aos notáveis holandeses não chegava. Por seu turno, os judeus na Holanda mostravam-se pouco dispostos a colaborar com Vieira, até porque tinham recebido a notícia de que o cristão-novo Duarte da Silva (principal credor da Coroa portuguesa) tinha acabado de ser preso pela Inquisição. Desacreditado entre os mercadores de Amesterdão, também não conseguiu entregar Pernambuco a troca da paz com os holandeses na América, pois estes, absolutamente convencidos de que a revolta pernambucana fora instigada por portugueses (no que tinham razão), exigiam a integral e incondicional devolução do Brasil holandês, uma quantia elevada de indemnização pelos danos sofridos e, como garantia, uma fortaleza na costa brasileira.

Estavam as negociações neste ponto muito desfavoráveis às pretensões portuguesas, quando Vieira é chamado a Lisboa pelo

rei. De regresso, em Agosto de 1648, o jesuíta sente-se desautorizado e, compreendendo a dimensão do seu fracasso diplomático, decide escrever um dos seus documentos mais polémicos, o qual ficou conhecido por “Papel Forte”.

Entretanto, o seu prestígio na corte começa a declinar, que não, apesar de tudo, a sua amizade com o rei. De entre os triunfos políticos que conta, registe-se a criação da Companhia do Comércio do Brasil (1649), na qual os capitais dos cristãos-novos ficaram isentos de carga fiscal, tal como preconizado por Vieira.

Verdadeiramente, nestes dois anos, esteve o missionário muito afastado do púlpito e das suas obrigações religiosas, completamente devotado às coisas do mundo. Da sua defesa, com algum sucesso, da causa dos cristãos-novos lhe pedirá contas mais tarde a Inquisição. Do seu comportamento, pouco conciliatório e nada condicente com os valores dos jesuítas, lhe pede contas no imediato a sua própria Companhia. Em 1649, cai no desagrado dos seus confrades, repetindo-se em Roma as queixas contra si, a ponto de o Geral ter ordenado que fosse Vieira intimado a transferir-se para outra ordem religiosa. Por esta altura, já o Santo Ofício indagava os seus actos e palavras.

A situação ter-se-á agravado pelo facto de, nesse ano, ter sido criada a Companhia de Comércio com o Brasil, com cabedais pertencentes a cristãos-novos, e isto por recomendação de Vieira, o que deu origem a um grave conflito entre a Coroa e o Santo Ofício. Mas também nesta circunstância lhe valeu a amizade do monarca. Desgostoso, Vieira pondera voltar ao Brasil.

Data ainda deste ano a primeira notícia da redacção da grande obra profética que projectava, a *História do Futuro*, onde desenvolvia a sua concepção relativa ao V Império.

Em Janeiro de 1650, D. João IV incumbem-o de uma dupla missão “para-diplomática”: tratava-se, novamente, de tentar fazer o casamento de D. Teodósio com a filha única de Filipe IV (princesa Maria Teresa de Áustria), ao mesmo tempo que deveriam

ser provocadas dificuldades à Espanha, em Nápoles, fomentando aí nova rebelião (tinha sido sufocada uma revolta contra Castela, em 1648, mas os ânimos encontravam-se ainda acesos).

Antes de partir, D. João IV agracia o P.^e António Vieira com um conjunto de mercês pelos serviços prestados, que não são dirigidas a si por força do hábito, mas que se destinam aos seus familiares. Por despacho de 13 de Dezembro de 1649, faz mercê o soberano «(...) a seu pai Cristóvão Vieira Ravasco do foro de fidalgo com moradia ordinária; e a seu irmão Bernardo Vieira Ravasco faz mercê de que o cargo de Secretário de Estado do Brasil, de que era provido por três anos, o sirva sem limitação de tempo, e que na carta que se lhe passar se lhe declare como é secretário do Estado e Guerra do Brasil; e a sua irmã Dona Maria de Azevedo faz juntamente mercê do hábito de Cristo para quem com ela casar, com 70 mil reis de renda consignados no contrato das baleias da Baía de todos os Santos (...)». Por outra portaria do mesmo mês, acrescenta o monarca mais mercês «(...) a seus cunhados Simão Álvares de Lapenha, Rui Carvalho Pinheiro e Fernão Vaz da Costa (...)»²⁰.

Assim beneficiado com a confiança e amizade do rei, parte o P.^e António Vieira para Roma, confiante do sucesso da missão.

Com o primeiro objectivo, cuja prossecução foi tentada junto do embaixador castelhano na Cúria, duque do Infantado, procurava-se unir as Coroas castelhana e portuguesa pelo sangue, com o fito de conseguir a paz, não parecendo notar-se o quanto se retornaria neste lance a uma situação muito idêntica ao do anterior domínio filipino em Portugal. Com o segundo objectivo, não se procurava roubar Nápoles à Espanha, mas tão só, nas palavras do jesuíta, que comenta esta missão diplomática num sermão que fará 45 anos mais tarde, em 1695, em acção de graças, pelo felicíssimo nascimento do novo infante D. António, convencer Filipe IV da necessidade do referido casamento, “inquietando-o e divertindo-o”.

Mais de quatro décadas depois, o jesuíta justificaria esta

tentativa de união das Coroas portuguesa e espanhola, argumentando que ela tinha como cláusula principal a exigência de que a cabeça do Reino fosse Lisboa. A verdade é que não se dizia como tal haveria de se conseguir e, por isso, esta hipótese desagradava ao povo, que conhecia de há muito este género de solução dinástica de integração peninsular e, por tal motivo, a rejeitava. Porém, no Paço, ela continuava a ter adeptos. Para além do mais, este arranjo matrimonial ainda era pior que aquele tentado com a princesa francesa, pois o Brasil era, neste caso, parte do dote do príncipe D. Teodósio.

Se a alguns castelhanos esta hipótese não desagradou, o duque do Infantado recusou-a e acabou por conseguir que o Geral da Companhia de Jesus intimasse Vieira a sair de Roma. O jesuíta obedeceu de imediato, regressando a Lisboa no mês de Junho de 1650.

Desiludido da vida política, em 1651, nas vésperas do seu regresso ao Brasil, explicava do púlpito aos fiéis as razões da sua queda, considerando que, para ter sucesso na vida pública, não bastaria agradar ao rei, mas também seria necessário gozar dos favores da corte, onde se encontravam adutores traiçoeiros e todo o género de velhacos a conspirar e minar o poder do monarca. Em 1652, no *Sermão de S. Roque*, pregado na igreja dos jesuítas, volta a este mesmo assunto: desiludido e amargurado, conclui que «os homens quando mandam (e mais se têm o mando supremo) ou seja, ingratidão natural ou soberania, nem estimam nem pagam os serviços que se lhe fazem, como deveram, porque cuidam que tudo se lhes deve»²¹. E, tal como S. Roque deixara as cortes para servir a Deus, também Vieira se considera ditoso e bem-aventurado se lhe seguir o exemplo. E é o que realmente fará a breve trecho, regressando ainda no ano de 1652 ao Brasil, onde retoma a vida de missionário no Maranhão.

A sua actividade na propagação da fé multiplica-se e, embora abandonando a política da corte na metrópole, não deixará o jesuíta de se envolver nas questões políticas e sociais mais prementes,

nessa época, no Brasil.

Na realidade, o conflito e a luta com os seus contemporâneos não o abandonará ainda, pois o “Padre Grande” ou “Payassú”, como os índios lhe chamavam, encontra novas razões para o combate ao voltar a percorrer a selva, conquistando almas para a cristandade e enfrentando os colonos, que antes queriam fazer escravos do que cristãos.

O MISSIONÁRIO DO NOVO MUNDO

A 16 de Janeiro de 1653, chega a S. Luís do Maranhão o P.^o António Vieira como Superior dos missionários jesuítas. Embora na Companhia de Jesus não seja objecto da vontade de cada um tornar-se missionário ou pregador, ficar na cidade ou partir para regiões inóspitas, o certo é que, neste momento, o desejo de Vieira de regressar ao seu amado Brasil e a vontade da Companhia em afastá-lo da corte coincidiram.

Não se sabe se o rei terá tentado evitar a retirada do jesuíta, mas sabe-se que este, antes de partir, lançou de cima do púlpito, como era já seu hábito, frases de amarga ironia e desencanto que tocavam tanto a corte como o próprio soberano. No *Sermão da Graça*, em 1651, dito na Capela Real e referindo-se aos reis, queixava-se que ainda que se desse a vida por eles, o agradecimento era nenhum; pelo contrário, muitos dos que nada por eles faziam, limitando-se a adularem-nos, «nenhuma coisa diziam nem sabiam dizer senão ámen»²², eram esses que obtinham mais facilmente as graças reais.

É pois neste estado de espírito que viaja até ao Maranhão, convencido de que aí iria recolher-se a uma vida de meditação espiritual e missionação. Em carta que escreve a D. Teodósio, já em S. Luís, reafirma esta sua nova disposição de vida: «Eu agora começo a ser religioso e espero na bondade divina (...) que estarei a o ser, e verdadeiro Padre da Companhia»²³.

Ainda por carta descreverá a sensação de paz e bem-estar interior que o invade ao chegar ao Maranhão, sobretudo pela vida

simples e de recolhimento espiritual a que se entrega: «Sabei, amigo, que a melhor vida é esta. Ando vestido de um pano grosseiro cá da terra, mais pesado que forte, como farinha de pau, durmo pouco, trabalho de pela manhã até à noite, gasto parte dela em me encomendar a Deus, não trato com mínima criatura, não saio fora senão a remédio de alguma alma. Choro meus pecados, faço que outros chorem os seus, e o tempo que sobeja destas ocupações levam-no os livros de Madre Teresa e outros de semelhante leitura. Finalmente, ainda que com grandes impressões, nenhuma coisa faço que não seja com Deus, por Deus e para Deus; e, para estar na bem-aventurança, só me faltava vê-lo, que seria mais gosto, mas não maior felicidade»²⁴.

No âmbito da sua actividade missionária, fez inúmeras incursões pelo sertão e viagens pelo rio Amazonas, catequizou nas margens do Itapicuru, foi ao Pará, à ilha dos Nheengaíbas (onde o jesuíta Luís Figueira e seus companheiros foram trucidados pelos índios), organizou uma excursão missionária ao rio dos Tocantins.

Datam desta época algumas das mais belas páginas da correspondência de Vieira, plenas de misticismo e fervor religioso, mas também de curiosidade naturalista e antropológica por aquelas selvas temíveis e índios perigosos.

Mas este estado de fervor missionário e recolhimento interior não duraria muito tempo, pois o jesuíta em breve se encontrará no centro de um turbilhão de acontecimentos polémicos que se desencadearão em torno da questão da escravatura dos índios.

O facto é que, no Brasil, o tipo de actividade económica que aí era desenvolvida (essencialmente engenhos de açúcar, produção de tabaco e plantação do canavial) exigia, para ter viabilidade e sucesso, uma mão-de-obra intensiva que os colonos procuravam obter, escravizando as populações índias nativas. A actividade de missionação que os jesuítas desenvolviam junto destas mesmas populações colidia de imediato com os interesses dos colonos: para aqueles, tratava-se de catequizar e baptizar “selvagens”,

expandindo a fé cristã e o Reino do Senhor; para estes, tratava-se de garantir um modo de vida e de exploração económica das riquezas naturais daquelas paragens, tão prometedoras quanto inóspitas e difíceis.

Numa carta que escreveu ao rei, em 20 de Maio de 1653, descrevia o jesuíta a situação do índio no Brasil do seguinte modo: «Os moradores deste novo mundo (que assim se pode chamar) ou são portugueses ou índios naturais da terra. Os índios, uns são gentios que vivem nos sertões, infinitos no número e diversidade de línguas; outros são pela maior parte cristãos, que vivem entre os portugueses. Destes que vivem entre os portugueses uns são livres, que estão em suas aldeias, outros são parte livres parte cativos, que moram com os mesmos portugueses e os servem em suas casas e lavouras, e sem os quais eles de nenhuma maneira se podem sustentar... Os índios que moram em suas aldeias, com títulos de livres, são mais cativos que os que moram nas casas particulares dos portugueses, só com uma diferença, que cada três anos têm um novo senhor, que é governador ou capitão-mor que vem a estas partes, o qual se serve deles como de seus, e os trata como alheios, em que vêm a estar de muito pior condição que os escravos, pois ordinariamente os ocupam em lavouras de tabaco, que é o mais cruel trabalho de quantos há no Brasil»²⁵.

Em jeito de lamento dolorido acrescenta: «mandam-nos servir violentamente a pessoas e em serviços a que não vão senão forçados, e morrem lá de puro sentimento; tiram as mulheres casadas das aldeias e põem-nas a servir em casas particulares, com grandes desserviços de Deus e queixas de seus maridos, que depois de semelhantes jornadas, muitas vezes se apartam delas; não lhes dão tempo para lavrarem e fazerem suas roças, com que eles, suas mulheres e filhos, padecem e perecem; enfim em tudo são tratados como escravos, não tendo a liberdade mais que o nome»²⁶.

Para além disso, acrescentava ainda o Padre, muitos dos

colonos que iam ao sertão eram de uma violência extrema para com os índios, relatando-se até a história de um que mandara atar morrões acesos aos dez dedos de um chefe tribal até que lhe fossem dados os escravos que ele pedia.

A animosidade entre colonos e a Companhia de Jesus era pois uma realidade de há longa data: desde a chegada do primeiro jesuíta à Baía, em 1549, até à expulsão destes em 1759, nunca esta contenda deixou de existir, tendo sido a introdução da escravatura negra africana uma tentativa de resolução do problema (embora a questão humana e política da escravidão se mantivesse).

Não admira, por isso, que rapidamente o P.^e António Vieira saísse de um estado inicial de recolhimento espiritual, em que se encontrava desde que chegou ao Maranhão, e até de tentativa de encontrar um equilíbrio com os colonos que praticavam a escravatura dos índios, para voltar ao seu elemento natural de luta e antagonismo.

O ponto de viragem desta situação dá-se no momento em que uma ordem vinda da metrópole procura regular a questão da escravatura, concedendo a liberdade aos índios que se encontram em cativeiro. O tumulto levantado pelos colonos por causa do diploma foi canalizado de imediato contra os jesuítas, considerados, provavelmente com razão (embora Vieira viesse a negar a paternidade de tal lei), os mentores, ou pelo menos inspiradores, do polémico documento.

Os colonos pedem ao capitão-mor que a lei seja suspensa enquanto se requeria para a corte a sua revogação, alegando que, naquele Estado, sem índios a máquina produtiva pararia. Alegava-se ainda que os escravos eram legítimos e tinham de ser mantidos em cativeiro por serem selvagens e inimigos. Pediram aos jesuítas que assinassem também este documento que seguiria para Lisboa, o que, obviamente, não quiseram fazer. Porém, para evitar a expulsão da cidade, como alguns colonos chegaram a sugerir, foi possível encontrar uma posição intermédia, que gerava algum consenso e permitia ultrapassar a crise.

Dessa posição a que foi possível chegar, nos dá conta o P.^e

Antônio Vieira no primeiro sermão, o *das Tentações*, que pregou em S. Luís do Maranhão. Num texto em que se mistura a reflexão mística e teológica com as questões práticas da comunidade para a qual pregava, o jesuíta começa por recordar ao seu auditório que ter índios em cativeiros injustos é viver em pecado. E prossegue, invectivando-os: «Sabeis Cristãos, sabeis, nobreza e povo do Maranhão, qual o jejum que quer Deus de vós esta Quaresma? Que solteis as ataduras da injustiça, e que deixeis ir livres os que tendes cativos e oprimidos. Estes são os pecados do Maranhão (...)»²⁷. Imaginando as objecções que os colonos poriam a estas determinações, a primeira das quais, saber quem trabalhará as terras e fará os serviços dos índios escravos, Vieira prossegue: «Primeiramente, não são estes os apertos em que vos hei-de pôr...Mas quando a necessidade e a consciência nos obriguem a tanto, digo que sim, e torno a dizer que sim: que vós, que vossas mulheres, que vossos filhos e que todos nós nos sustentássemos com os nossos braços; porque melhor é sustentar do suor próprio que do sangue alheio. Ah, fazendas do Maranhão, que se esses mantos e essas capas se torceram, haviam de lançar sangue!»²⁸.

Mas, parecendo-lhe que não poderia pedir tanto aos seus fiéis, apresenta uma proposta conciliadora da diversidade de interesses em jogo.

São três as categorias de índios: os que servem como escravos, os que, sendo livres, moram nas aldeias do rei e os que se encontram em estado natural na selva. Os primeiros deveriam permanecer em casa de seus donos apenas se essa fosse a sua vontade (caso contrário, iriam livremente para as aldeias do rei). Os que viviam no sertão só poderiam ser tornados cativos em “entradas” que ali se fizessem, ou os que sem violência fossem já escravos de tribos inimigas, tomados por justa guerra. Também seria admissível tomar por escravos aqueles índios que fossem encontrados em cordas para ser comidos.

Da legitimidade e autenticidade de todas e cada uma destas

situações teriam de ajuizar o governador do Estado, o ouvidor geral, o vigário do Maranhão ou Pará e os preladados. Finalmente, propunha-se que estes índios cativos fossem «(...) todos aldeados em novas povoações ou divididos pelas aldeias que hoje há; de onde, repartidos com os demais índios delas pelos moradores, os servirão em seis meses do ano alternadamente, de dois em dois, ficando os outros seis meses para tratarem de suas lavouras e famílias»²⁹. E concluía, hábil, todos os índios servirão os portugueses ou como cativos, ou como meios cativos ou como livres.

Numa carta que mais tarde escreverá, comentando o efeito deste sermão nos seus ouvintes, declarava-se o pregador muito satisfeito, estando intimamente convencido que os tinha persuadido da sua proposta.

Foi então criada uma Junta que deveria decidir quais os índios que se encontravam em cativeiro justamente e aqueles que se encontravam reduzidos à servidão injustamente. Mas, na prática, Vieira via que tudo havia permanecido na mesma e os colonos eram irredutíveis no uso e abuso da escravatura índia.

Em Outubro de 1653, tinha viajado até Belém do Pará, onde se deparou com uma situação ainda pior do que a de S. Luís. Em Abril de 1654, queixa-se a D. João IV de uma violenta incursão de Gaspar Cardoso sobre os índios e chega também a escrever ao Padre Provincial do Brasil, relatando-lhe a expedição criminosa e depredatória de índios realizada por Raposo Tavares. Desiludido e descrente de uma solução de consenso com os colonos, propõe ao rei uma solução mais radical, que Hernâni Cidade no seu interessante estudo sobre *Padre António Vieira – a obra e o homem*, sintetiza do seguinte modo:

«1.º - que as entradas do sertão se façam só a fim de ir converter os gentios e reduzi-los à sujeição da Igreja e da Coroa...e que os índios em cordas ou legitimamente escravos se possam comprar ou resgatar, aprovando-o primeiro os padres que forem à dita missão;

2.º - que o governo dos índios baptizados fosse de inteira jurisdição dos padres, sem nenhuma dependência dos governadores, que tantas vezes os exploravam como quaisquer outros colonos»³⁰.

Na prática, o que se sugere é que o governo dos índios fique entregue aos jesuítas. Mas nem tudo conseguiu o jesuíta fazer valer junto do rei, o que terá evitado que no Brasil acontecesse como no Paraguai, onde a Companhia de Jesus se chegou a comportar como uma espécie de Estado dentro do Estado.

Descontente com os resultados práticos que pudera obter para os índios desde o Maranhão, Vieira decide-se a partir para Lisboa no dia 14 de Junho de 1654, não sem que, três dias antes, tivesse pregado um dos mais belos e imaginativos sermões que se lhe conhecem: o *Sermão de Santo António aos Peixes*.

Nesse notável texto de sátira violenta que o jesuíta decide pregar aos peixes, já que os homens parecem não o querer escutar, irá criticar os seus vícios e louvar-lhes as virtudes. Usando uma linguagem metafórica muito viva, servida por uma sólida doutrina, falava Vieira dos diversos géneros de peixes, aludindo precisamente aos vícios e virtudes dos colonos em particular, e do povo do Maranhão em geral.

Nesta alegoria aquática, plena de fantasia impressiva, vão desfilando, entre muitos outros, o polvo (símbolo do indivíduo hipócrita, acomodado e traiçoeiro), o peixe-roncador (criatura pequena dos trópicos, mas que emite um ruído como se fora um peixe enorme) e o peixe-voador (petulante, que, apesar da sua insignificância, não tem consciência da fragilidade própria).

E a ironia continua, descrevendo o pregador o inusitado facto de os peixes se comerem uns aos outros: «Não só vos comeis uns aos outros – prossegue –, senão que os grandes comem os pequenos. Se fora pelo contrário, era menos mal. Se os pequenos comerem os grandes, bastara um grande para muitos pequenos, mas como os grandes comem os pequenos, não bastam cem pequenos, nem mil, para um só grande. (...) Olhai, peixes, lá do mar para a terra! Não, não: não é isso que vos digo.

Vós virais os olhos para os matos e para o sertão? Para cá, para cá! Para a cidade é que haveis de olhar. Cuidais que só os Tapuias se comem uns aos outros? Muito maior açougue é o de cá, muito mais se comem os brancos. Vedes vós todo aquele bulir, vedes todo aquele andar, vedes aquele concorrer às praças e cruzar as ruas; vedes aquele subir e descer as calçadas; vedes aquele entrar e sair sem quietação nem sossego? Pois tudo aquilo é andarem buscando os homens como hão-de comer e como se hão-de comer»³¹.

Tendo deixado atrás de si esta bela e audaciosa sátira, faz-se o jesuíta ao mar revoltoso e, após 60 dias de tormentosa jornada, chega ao Reino onde encontra D. João IV muito doente em Salvaterra. Num sermão que aí proferiu, garante à rainha e à corte que Sua Majestade não poderia morrer, pois restavam-lhe ainda grandes feitos por realizar (vencer os turcos, resgatar os lugares santos, estabelecer o V Império) e, ainda que morresse, ressuscitaria para cumprir o seu destino, tal como estava profetizado nas *Trovas de Bandarra*.

Viveu então em Lisboa um período de intensa actividade e despertou renovada curiosidade na corte e fora dela. O restabelecimento do rei deu-se rapidamente, mas ainda teve o Padre oportunidade de pregar dois dos seus melhores sermões, o *Sermão da Sexagésima* e o *Sermão do Bom Ladrão*.

No primeiro, procurou defender-se de algumas críticas que circulavam em Lisboa sobre o seu precoce retorno ao conforto da corte, afirmando que, por vezes, o “semeador” tem de voltar para melhor cumprir a tarefa que se propôs levar a cabo ao sair para semear. Num segundo momento, avança para a construção de uma espécie de tratado da arte de pregar, pleno de críticas e alusões aos hábitos arreigados de outros pregadores (especialmente os dominicanos).

Já o *Sermão do Bom Ladrão* foi proferido na Sexta-feira Santa do ano de 1655, aproveitando para criticar de forma audaciosa e destemida os vícios dos homens, tanto na metrópole como na

colónia, conjugando o verbo *rapio* (roubar) em todos os modos e em todas as pessoas: «O que eu posso acrescentar pela experiência que tenho é que não só do cabo da Boa Esperança para lá, mas também das partes de aquém, se usa igualmente a mesma conjugação. Conjugam por todos os modos o verbo *rapio*; porque furtam por todos os modos da arte (...)»³².

E, não se dando ainda por satisfeito, concluirá que também os príncipes roubam como os ladrões, pelo que irão, do mesmo modo, para o inferno: «Em qualquer parte do mundo se pode verificar o que Isaías diz dos príncipes de Jerusalém: *os teus príncipes são companheiros dos ladrões*. E porquê? São companheiros dos ladrões, porque os dissimulam; são companheiros dos ladrões, porque lhes dão os postos e os poderes; são companheiros dos ladrões, porque talvez os defendam; e são, finalmente, seus companheiros, porque os acompanham e hão-de acompanhar ao inferno, onde os mesmos ladrões os levam consigo»³³.

Ainda assim, e apesar desta crítica atingir também o rei seu amigo, protector e confidente, consegue o jesuíta levar da metrópole para o Brasil um novo regime legal para os índios do Maranhão: pelo diploma de 9 de Abril de 1655, estava interdito qualquer “resgate”, guerra ou actividade ofensiva contra os índios sem a autorização prévia do rei; em Lisboa ficaria instituída uma Junta das Missões, presidida pelo amigo e confrade de Vieira, D. André Fernandes (bispo titular do Japão); as aldeias seriam dirigidas pelo chefe da respectiva nação (os principais), sob supervisão dos jesuítas (mesmo no respeitante a questões materiais); finalmente, o amigo de Vieira, André Vidal de Negreiros, herói de Pernambuco, era nomeado governador do Maranhão.

Pouco depois da Páscoa de 1655, regressa Vieira ao Maranhão, vitorioso junto do rei, mas não imediatamente triunfante junto dos colonos que, durante largo tempo, procuraram boicotar e ignorar as determinações régias relativas ao estatuto dos índios. De qualquer modo, a Companhia chegou a ter sob a sua alçada 51 aldeias e o seu poder na região fortaleceu-se: multiplicaram-

se as expedições missionárias ao sertão, fundaram-se centros catequistas e criaram-se pequenas capelas em cabanas, onde se faziam prédicas em línguas nativas. Vieira percorre o sertão e sobe os rios, em todo o lado solícito e vigilante. De uma das vezes, leva consigo D. Jorge da Silva, filho de um chefe indígena que os Jesuítas tinham mandado para a metrópole, regressando agora vestido à europeia e com modos europeus, maravilhando os seus companheiros de nação, que o imaginavam morto.

Todas estas actividades e deambulações de Vieira mais contribuíam para que se sedimentasse em si a quimera e a esperança do V Império, para o qual ele próprio ia contribuindo na conversão massiva dos índios, alargando a cristandade e os súbditos do rei português. Fundar o Reino de Cristo na Terra era a suprema motivação do jesuíta no árduo trabalho que desenvolvia, vivendo por vezes como um nómada, sem poiso fixo, navegando horas a fio de canoa sob o sol ardente, noites passadas ao ar livre, léguas e léguas palmilhadas sem descanso num errar constante, como se fosse o Deus ubíquo protector dos índios.

Entretanto, continua a meditar nos textos sagrados, aprofundando a convicção de que a Verdade, a autêntica Sabedoria, está apenas nas Escrituras. Não admira por isso que, ao receber a notícia do falecimento do rei D. João IV, em 1656, tenha dirigido, confiante, a seguinte missiva de teor profético e sebastianista ao seu amigo P.^o André Fernandes:

«Ao Sr. Bispo do Japão. Conta-me Vossa Senhoria prodígios do mundo, e esperanças de felicidades a Portugal, e diz Vossa Senhoria que todas se referem à vinda de el-rei D. Sebastião, em cuja dúvida e vinda tenho já dito a Vossa Senhoria o que sinto. Por fim me ordena Vossa Senhoria que lhe mande alguma maior clareza do que tantas vezes tenho repetido a Vossa Senhoria da futura ressurreição do nosso bom amo el-rei D. João, o 4.^o. A matéria é muito larga, mas para se escrever tão de caminho, como eu o faço, em uma canoa em que vou navegando no rio das

Amazonas, para mandar este papel em outra que possa alcançar o navio que está no Maranhão de partida para Lisboa, e resumindo tudo a um silogismo fundamental, digo assim: O Bandarra é verdadeiro profeta; que ainda o Bandarra profetizou que el-rei D. João, o 4º, há-de obrar muitas coisas que não obrou, nem pode obrar senão ressuscitando, *ergo...*»³⁴.

QUEDA DO CICLO DE INFLUÊNCIA NA CORTE

A morte de D. João IV, a 6 de Novembro de 1656, vem fechar o grande ciclo político de influência de Vieira na corte portuguesa. De facto, o rei restaurador de Portugal manteve pelo seu pregador jesuíta uma amizade que resistiu a todas as derivas turbulentas daqueles dezasseis anos do Portugal restaurado. Aliás, Vieira foi dos poucos colaboradores próximos da corte a quem o rei manteve a sua protecção até ao fim de forma inamovível.

Depois do último grande êxito alcançado no ano anterior, por António Vieira, contra os interesses dos colonos brasileiros, a Lei da Liberdade dos índios e a gestão temporal e espiritual dessa liberdade pelos missionários jesuítas que presidiam às aldeias missionárias, nunca mais aquele agora ex-conselheiro real conseguirá fazer valer de forma tão relevante os seus projectos na corte portuguesa. O tempo de conselheiro e amigo influente do rei de Portugal passou. E Vieira não tardará a sentir na pele os custos das suas ousadias críticas e das suas ideias reformadoras sem a protecção poderosa de quem tinha nas mãos os destinos do Reino. Com efeito, os grandes génios pagam quase sempre, no seu tempo, a largueza da sua visão à miopia dos preconceitos institucionalizados que impedem que se ensaiem mudanças mentais e políticas.

Entretanto, Vieira, regressado à sua actividade missionária no Maranhão, continuava a acção para que tinha, na Companhia de Jesus, consagrado na juventude a sua vida. Apesar da forte oposição sentida da parte dos interesses dos colonos brancos em

relação ao esforço missionário dos Jesuítas e ao seu modo de reunir os ameríndios em aldeias protegidas das investidas dos escravagistas, foi nesta segunda metade da década de 50 que a Companhia de Jesus conseguiu no Maranhão elevar consideravelmente o número de missões. Vieira estava no apogeu do seu trabalho de evangelizador dos “gentios”.

É nesse ano de 1656, na qualidade de Superior das Missões, que o encontramos a pedir o reforço do contingente de missionários para aquela sua missão no Norte do Brasil. Empolgado com os sucessos alcançados nas missões naquela região das Terras de Vera Cruz, advoga a abertura de uma Casa de Noviciado no Maranhão para formar os futuros jesuítas que actuariam naqueles campos missionários, certamente tendo em mente a possibilidade de, no futuro, se constituir ali uma província autónoma da Companhia de Jesus, quando o Maranhão fosse auto-suficiente em vocações e em meios. Como antes, já tinha gizado projectos de províncias autónomas da Companhia em Portugal, ao conceber, quando tinha influência na corte joanina, a divisão da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, criando uma nova que compreendesse Lisboa, a região do Alentejo e o resto de Portugal a Sul do Tejo, Ilha da Madeira e Angola. De facto, com o apoio do rei, esta divisão chegou a concretizar-se em 1653, mas não durou mais de dois anos.

Aliás, Vieira, além de se ter revelado um bom estratega político como conselheiro de D. João IV, nunca descurou daquilo que dizia respeito à sua missão eclesial, manifestando-se também como estratega em matéria religiosa, procurando intervir e opinar no que ao governo da sua Ordem dizia respeito, por vezes com conseqüências pouco agradáveis para a sua pessoa.

Chegada ao seu conhecimento a notícia da morte do rei D. João IV, o seu antigo amigo e pregador régio sobe ao púlpito para lhe proferir o elogio fúnebre, exprimindo a sua inconformidade com aquele falecimento real. Em D. João IV, tinha a palavra vigorosa e profética de Vieira depositado todas as esperanças de

cumprimento da idade gloriosa de Portugal, infaustamente interrompida pela União Dual com Castela em 1580. O monarca bragantino tinha-lhe inspirado, mais pelo sabor da amizade real do que pela eficácia do seu governo, todas as expectativas atribuídas miticamente a um rei restaurador: reabilitar Portugal e elevá-lo à glória do mundo prometida por Bandarra, inaugurador de uma era nova sob a égide do cristianismo em toda a Terra. Escritos seus deixam antever a fé incondicional de Vieira nesta esperança depositada no seu rei que, apesar de morto, a sua fé diz que vai ressuscitar para acabar o trabalho iniciado. Tal era a força da idealização que tomou posse do espírito de Vieira, incapaz de aceitar os desmentidos da realidade.

Entretanto, mal D. João IV morreu, começaram a chover na corte, junto da rainha, D. Luísa de Gusmão, que tinha assumido a regência do Reino, e depois junto do seu filho sucessor, D. Afonso VI, e do seu valido, conde de Castelo-Melhor, as queixas de todas as forças de pressão e de interesse que tinham sido barradas pelo governo cessante do Reino, apoiado nas ideias do grande jesuíta e pregador régio. Destacaram-se as queixas dos colonos brasileiros contra as prerrogativas e protecções alcançadas pelos missionários na administração dos índios convertidos; o descontentamento manifestado contra a criação da Companhia monopolista de Comércio para o Brasil; e os pedidos dos sectores afectos à Inquisição de revogação da legislação, proposta por Vieira, de coibição e controle de um dos mais implacáveis e rentáveis estilos daquele tribunal: o confisco prévio dos bens dos cristãos-novos.

Começam então a ser paulatinamente revogadas todas as reformas e conquistas legislativas alcançadas por Vieira. Na Reunião do Conselho de Estado, ocorrida a 23 de Novembro de 1656, põe-se fim à suspensão do confisco de bens aos cristãos-novos. O mesmo Conselho de Estado considera a Companhia de Comércio responsável pelas perdas portuguesas no Brasil para, no ano a seguir, integrar essa mesma Companhia no seio

do Estado com a sucessiva perda de importância que esta empresa comercial vai sofrer até à sua extinção por esvaziamento de funções que lhe estavam reservadas, como aconteceu em 1658, com o fim do seu privilégio de fornecer ao Brasil bens alimentares como vinho, farinha, azeite e bacalhau. Iniciou-se assim, em crescendo, a contagem do rosário de derrotas do jesuíta expregador régio.

Neste mesmo ano em que começou a tomar conhecimento, com grande desaire, da destruição das suas realizações políticas, continuou fortemente empenhado na sua actividade missionária. Depois de, em 1658, ter tido um papel destacado na redacção do “Regulamento das Missões”, revestido da autoridade, conferida pelo Superior Geral dos Jesuítas, de Visitador Geral das Missões, no ano a seguir realiza importantes incursões missionárias do Baixo Amazonas até ao Rio Tapajós. Do trabalho evangelizador desse ano, resultou a criação da aldeia dos Nheengaíbas, com o juramento de fidelidade desta etnia índia ao rei de Portugal em pleno mês de Agosto.

Encantado com os resultados do seu processo de expansão missionária no Brasil e consequentemente dos domínios do Reino lusitano, escreve o célebre texto *Esperanças de Portugal – Quinto Império do Mundo*, que enviou em correspondência para o seu amigo, André Fernandes, bispo eleito do Japão. Este manuscrito vai oferecer, poucos anos depois, o grande pretexto ao Tribunal do Santo Ofício para acusá-lo de desvio da ortodoxia católica. Nesse texto, não dando por definitiva a morte do primeiro monarca da restauração portuguesa e reinterpretando à letra as profecias de Bandarra, profetiza a ressurreição de D. João IV para realizar as missões teleológicas que lhe estavam destinadas: derrotar o império otomano, reconquistar Jerusalém para o cristianismo e inaugurar o Quinto Império do Mundo. O Padre António Vieira é um dos mais importantes autores que, no século de Seiscentos, tece, ao lado dos sebastianistas ortodoxos e heterodoxos, a ideia de Portugal como “nação superior”. Como

bem observa Miguel Real, para sobrecompensar a experiência de perda e incumprimento da fase gloriosa da história portuguesa da época dos Descobrimentos com a anexação a Castela entre 1580 e 1640, prognostica-se uma “nova fase de glória e êxtase”, projectando-se Portugal no futuro “como vanguarda do mundo”³⁵.

Na correspondência com aquele bispo, manifesta o fundamento da sua fé: as Profecias de Bandarra. A autenticidade das quadras proféticas do Sapateiro de Trancoso é reconhecida por Vieira pelo facto de se terem alegadamente verificado as predições que apontavam o ano 40 para a Restauração de Portugal. Se aquelas foram cumpridas, as outras também o deveriam ser, de acordo com o seu raciocínio silogístico, mas agora mais fundado na emoção utópica do que na razão realista de Vieira.

Em 1660, continua a sua intensa acção missionária, realizando uma visita de prospecção à Serra de Ibiapaba no Ceará brasileiro. Estava, pois, totalmente consagrado à sua vocação de evangelizador. Tinha percorrido vastos territórios dos sertões brasileiros, enfrentando perigos, experimentando doenças, disputando prerrogativas com os colonos, dando instruções para o governo das aldeias, aprendendo línguas nativas, redigindo relatórios e cartas, sonhando e escrevendo utopias.

Das suas missões redigiu um relato, impresso em Lisboa naquele ano, em forma de informação sobre as missões do Norte do Brasil, do Ceará ao Amazonas.

No ano seguinte, começaram as vicissitudes que vão fazer dos anos 60 de Seiscentos a década negra de Vieira. Sofre na pele as consequências do descontentamento dos colonos, em relação à sua acção protectora dos índios, ao ser preso à sua chegada ao Pará, no Verão de 1661. Entretanto, outras sublevações se tinham verificado em São Luís do Maranhão, com o assalto ao Colégio de São José da Companhia de Jesus e à prisão dos padres. A população apoiada pela Câmara manifestava, assim, a sua revolta contra o sistemático impedimento imposto pelos missionários inacianos, sob a liderança de Vieira, à entrada no sertão para fazer

escravos.

Com diversos outros missionários jesuítas, António Vieira acaba por ser deportado para a metrópole. Chega a Lisboa, em Novembro, encontrando a capital ocupada em disputas pelo poder entre facções rivais, no âmbito da discussão da incapacidade do paraplégico D. Afonso VI para governar. Apesar do ambiente já lhe ser cada vez menos favorável, Vieira não se coibiu, na primeira oportunidade que lhe foi dada, de pregar fortemente contra as práticas da sociedade colonial na Solenidade de Reis na Capela Real, a 6 de Janeiro de 1662. Responsabiliza os colonos brasileiros de terem criado uma espécie de caos apocalíptico que corria o risco de ferir de morte os fins da Igreja, os interesses do Estado e o progresso daquela colónia portuguesa: “Quem havia de crer que em uma colónia chamada de Portugueses se visse a Igreja sem obediência, as censuras sem temor, o sacerdócio sem respeito, e as pessoas, e lugares sagrados sem imunidade? (...) Que será dos cristãos? Que será dos catecúmenos? Que será dos gentios? Que será dos pais, das mulheres, dos filhos, e de todo o sexo, e idade? Os vivos, e são sem doutrina, os enfermos sem sacramentos, os mortos sem sufrágios, nem sepultura, e tanto género de almas em extrema necessidade, sem nenhum remédio? Os pastores, parte presos, e desterrados, parte metidos pelas brenhas; os rebanhos despedaçados, as ovelhas, ou roubadas, ou perdidas; os lobos famintos, fartos de sangue, sem resistência; a liberdade por mil modos trocada em servidão, e cativo; e só a tirania, a sensualidade, e o inferno contentes. E que a tudo isto se atrevessem, e atrevem homens com nome de Portugueses, e em tempo de Rei português?”.

Apesar de D. Luísa, regente do Reino, se ter declarado protectora da Missão, persuadida pelas razões de Vieira, o avolumar das queixas vindas do Brasil e as pressões da corte levam-na a emitir, em Abril daquele ano, um perdão geral aos que se tinham amotinado no Brasil contra os missionários. A posição da rainha era cada vez mais frágil, terminando dois meses

depois o seu governo com o golpe palaciano que colocou no poder D. Afonso VI. Em Junho, pois, a facção desfavorável a Vieira e às pretensões dos Jesuítas assume as rédeas do país.

O grande pregador régio de D. João IV, há pouco nomeado pela rainha confessor do príncipe D. Pedro, é desterrado para o Colégio da Companhia no Porto e, no ano a seguir, no mês de Fevereiro, para o Colégio de Coimbra. Desterrados também foram os mais importantes e fiéis amigos de Vieira, entre os quais, o duque de Cadaval, o marquês de Gouveia e o conde de Soure. Fechava-se ainda mais para António Vieira o seu ciclo de influência na corte portuguesa no ano em que conhece a sua primeira glória literária no estrangeiro com a publicação de uma colectânea de sermões em Espanha.

No ano em que se viu impossibilitado, por doença grave, de ir agora para as missões da Índia Oriental, por sugestão vinda do novo rei D. Afonso VI, é constituído arguido pela Inquisição, sendo chamado, a partir de 21 de Junho de 1663, a depor no Tribunal do Santo Ofício de Coimbra, em regime indeclarado de prisão domiciliária. Entre doenças e convalescenças, Vieira, agora despido das protecções poderosas que o salvaguardavam, contra os guardiães da ortodoxia intransigente, das suas ousadas ideias e acutilantes críticas, vê-se obrigado a defender longamente a integridade católica da sua doutrina, a irrepreensibilidade moral da sua vida e a imunidade da sua fé nos contactos e amizades travadas com a elite judaica e cristã-nova de Portugal e da Holanda. O Inquisidor Alexandre da Silva convocou-o desde então para interrogatórios sucessivos. A apreensão inquisitorial do seu manuscrito sobre as *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo* tinha dado o argumento material que faltava para o incriminar de desvio doutrinal.

Aqueles que Vieira tinha combatido estavam agora do lado do poder, nomeadamente os sectores afectos à Inquisição e às reivindicações dos colonos brasileiros. Ainda a 12 de Dezembro daquele ano fatídico, o Padre António Vieira conheceu um novo

e duro revés: o Conselho Ultramarino decidiu revogar os privilégios conquistados pela Companhia de Jesus nas Missões do Brasil. Os missionários de todas as ordens apenas podem exercer poder espiritual sobre os conversos ameríndios, perdendo as prerrogativas alcançadas de exercício de poder temporal, as quais passaram para as Câmaras. Às Câmaras locais também é dado o poder de decidir e repartir o fruto das entradas no sertão para fazer escravos. Ficava, novamente, caminho aberto à escravatura massiva dos índios.

Emitidas estas novas medidas que atendiam às pretensões dos colonos, os missionários jesuítas expulsos foram autorizados a regressar às missões, excepto, naturalmente, o seu mais intrépido líder, António Vieira, agora vivendo como recluso e já quase dado como criminoso da Fé e da “boa ordem” social.

A GRANDE UTOPIA: O QUINTO IMPÉRIO DO MUNDO

Apesar de perseguido pelo “Tribunal da Fé”, devido às suas cogitações proféticas, aquele que tinha consagrado a sua vida a propagar o Evangelho, continua cada vez mais convicto da sua utopia. Aproveita algumas melhoras da sua saúde para se dedicar, no ano de 1664, em que lhe morre a mãe, à escrita de uma das mais emblemáticas das suas obras proféticas, que deixará inacabada: a *História do Futuro*. Deste projecto de tratado apenas redigiu o *Livro Antepimeiro*, isto é, uma espécie de grande introdução ao que devia ser a explanação longa sobre o que iria ser o futuro do Mundo. Amando a sua pátria até à raiz do coração e do pensamento, sonha, e tenta prová-lo com argumentos eruditos, pesquisados em autores cristãos e não cristãos da tradição profética antiga e moderna, que Portugal seria o líder da instauração do Quinto Império.

A utopia do Quinto Império encerrava uma expectativa de instauração de uma idade messiânica de paz, justiça e santidade. Seria uma era de mil anos, como profetizava o *Apocalipse*, inaugurada

pelo último império da História, que sucederia aos Quatro grandes impérios anteriores, de acordo com a interpretação da profecia patente no segundo capítulo do *Livro de Daniel*, deduzida do sonho da estátua composta de vários materiais. A partir deste sonho explicado por Daniel, a exegese cristã tradicional, da qual Vieira é herdeiro, o pregador interpreta a história com base na sucessão de quatro grandes impérios, a saber, como escreve na *História do Futuro*: “A cabeça de ouro significava o Império dos Assírios, em que Nabucodonosor naquele tempo reinava; e o princípio de todos os impérios, por isso estava representado na cabeça, que é o princípio do corpo, e no ouro, que é o primeiro entre todos os metais. A prata, que é o segundo metal, significa o Império dos Persas, que foi o segundo depois dos Assírios, e que se seguiu a eles, assim como o peito e braços se seguem à cabeça. O bronze, que é o terceiro metal, significava o Império dos Gregos, que foi o terceiro depois dos Persas e se seguiu depois deles, assim como o ventre se segue depois do peito. O ferro, finalmente, que é o quarto metal, significava o Império dos Romanos, que foi e é o quarto Império, que se sucedeu aos três primeiros, e assim como as pernas e pés são a última parte do corpo humano (...)”.³⁶ Então surgiria, na sequência desta sucessão de impérios terrenos, um quinto império, de carácter divino: “O Reino dos Santos do Altíssimo”, de acordo com Daniel. Aqui está o fundamento bíblico basilar da teoria do Quinto Império que mobilizou as melhores energias e qualidades do génio do Padre António Vieira: a elaboração de uma obra profética que concedia a Portugal o privilégio da eleição para a realização desta profecia, que adviria do processo já iniciado nos dois séculos anteriores pelos Descobrimentos e que deveria agora ser concluído em plenitude: universalizar o Cristianismo. Este era o sentido da existência histórica de Portugal enquanto Reino e enquanto povo protegido pelos céus e constituído matricialmente por Deus, para ser *Lux Mundi* (“Luz do Mundo”). Defendeu este estatuto de Reino fundador do Quinto Império para o seu país, concorrendo

e disputando argumentativamente esta prerrogativa contra outros reinos da cristandade, nomeadamente Espanha, que advogava também para si esta eleição divina.

Quando Vieira escrevia estas elucubrações proféticas, estava quase a rebentar o muito esperado ano de 1666. Um novo surto messiânico tinha invadido não só Portugal, mas também a Europa inteira. No estrangeiro, sobretudo entre os judeus, excitavam-se as esperanças antigas. Esperavam a Vinda do Messias e o seu triunfo naquele que apelidavam de *annus mirabilis*. Por seu lado, em ambiente cristão, circulavam as profecias sobre a destruição de Roma e comentava-se abundantemente Nostradamus. O tempo era, pois, de inquietação, de que Vieira dá conta na sua correspondência de 1665: “Aqui chegaram agora uns padres de Itália, e dizem que para o ano que vem se esperam lá grandes mudanças no mundo”³⁷.

Em Portugal, persistiam pelo menos três correntes messiânicas distintas. A primeira era a dos judeus e dos cristãos-novos que esperavam a chegada do Messias para aquele ano, em consonância com os seus correligionários europeus. Outra era a dos sebastianistas ortodoxos que anunciavam para 1666 o retorno de D. Sebastião. E ainda existia aquela corrente de que António Vieira é o grande representante, a corrente do sebastianismo heterodoxo, que esperava a destruição do poderio Turco e a instauração de um império cristão e universal por um outro rei restaurador, sucessor no trono de D. Sebastião.

De notar que a data de 1666 era aceite por todas estas correntes como o momento da consumação das suas esperanças. As especulações à volta deste ano fundavam-se na interpretação de uma passagem do capítulo XIII do *Apocalipse* de São João: depois de ter anunciado a vinda da Besta e revelado o poderio que ela exercerá sobre o mundo, o evangelista anuncia que todos serão submetidos ao seu império. Eles deverão trazer a marca da Besta que será o seu nome. O escritor sagrado acrescenta ainda que aquele que tiver inteligência poderá calcular o número da Besta, o qual é 666. O autor do *Apocalipse* apresenta a revelação

do chifre da besta, seguida do anúncio da queda da Babilónia (Ap 14, 8) e do julgamento escatológico (Ap 14, 7). O número 666 foi descodificado como sendo uma data histórica, onde aconteceria uma extraordinária reviravolta no mundo³⁸.

O nome do monstro apocalíptico era 666 e não 1666, mas esta pequena diferença não é vista como relevante para os intérpretes do tempo. O ano 666 já tinha há muito passado e nada tinha acontecido para mudar o curso da história. Sabia-se, igualmente, que este ano não se poderia referir a outro milénio porque as teorias comumente admitidas, no tempo de Vieira, acerca da duração da Criação, atribuem ao mundo a duração máxima de seis mil anos. Quatro mil precederam o nascimento de Cristo. Em 1660, o universo estava fatalmente no seu último milénio.

Segundo esta lógica, o ano crucial não poderia deixar de ser o ano referido. Os expectantes não se contentaram em afirmar que São João quis anunciar um acontecimento capital da história da criação indicado no número da Besta.

O Padre António Vieira interpreta a passagem do *Apocalipse* e considera-a inspirada nos seus mínimos detalhes. Cada número está carregado de um valor simbólico, no qual o criador dissimulou uma verdade sobre a história. O número 666, interpretado como uma maneira secreta de escrever o nome do fundador do Islão. Chega a esta conclusão escrevendo o nome de Maomé em latim e no genitivo e recorrendo ao valor numérico das letras do alfabeto grego:

$$\begin{array}{cccccccc} \text{M} & \text{A} & \text{O} & \text{M} & \text{E} & \text{T} & \text{I} & \text{S} \\ 40 & 1 & 70 & 40 & 5 & 300 & 10 & 200 = 666 \end{array}$$

Fazendo a soma, o resultado corresponde aos caracteres timbrados na testa da Besta. A conclusão brilhante a que chega é, logicamente, a que São João quis designar com este número misterioso: Maomé e os seus descendentes. Vê aqui também contida a profecia da destruição próxima do poderio otomano.

Este número traduz ainda uma conta perfeita, *um conto cheio*. Ele possui uma particularidade que lhe assegura um lugar único na numeração. Escrito em caracteres romanos é: MDCLXVI.

Com efeito, conclui-se que este número é o único que se pode escrever utilizando todas as letras da numeração romana, dispostas na ordem normal descendente. Esta perfeição não podia ser mais do que o símbolo de uma totalidade, de um desfecho: “Porque todos os números do abecedário latino se enchem completamente na conta deste ano, sem se acrescentar, nem diminuir, nem trocar ou alterar a ordem deles: porque M vale mil, o D quinhentos, o C cento, o L cinquenta, o X dez, o V cinco e o I um; e todos juntos pela mesma ordem vêm fazer 1666: MDCLXVI.” Recorde-se que Bandarra também usou este número para anunciar a realização e teve em conta esta significação:

O Rei novo é escolhido
 E elegido...
 E nestes seis
 Vereis coisas de espantar?!
 (...)
 E depois de eles entrarem
 Tudo será já sabido,
 Aqueles que aos seis chegarem,
 Terão quanto desejarem
 E um só Deus será conhecido³⁹.

Para fomentar ainda mais a expectativa, registou-se uma série de acontecimentos anormais no ano precedente ao de 1666. Cometas, meteoritos, juntamente com tempestades e inundações terríveis, assolaram a Europa com conseqüências graves para a agricultura. O resultado era o habitual quando aconteciam anos maus: fomes e doenças epidémicas entre as populações. Vieira vê nestes acontecimentos trágicos o prenúncio das felicidades grandes que deveriam ser precedidas de muitos sofrimentos: “(...) todo o meu temor é que, antes das esperadas felicidades, dê Deus

alguma grande satisfação à sua justiça.” Os sinais são diversos e multiplicam-se por todos os lados, uns fruto de fenómenos cósmicos e naturais, outros resultantes da enfatização da criatividade popular. Sob a alçada da Inquisição, António Vieira estava mais confiante do que nunca: “Tudo são sinais e prodígios que solenizam as vésperas do ano fatal, por cujas maravilhas nenhum há já tão incrédulo que não espere.”⁴⁰

Mas o ano 1666 passou sem trazer outra coisa ao mundo que não fosse o cortejo habitual de alegrias e sofrimentos. Para António Vieira, este ano foi, sem dúvida, um dos mais sombrios da sua vida. Apesar desta decepção e da defesa acérrima contra os juízes da Inquisição, a grande esperança não deixou de sustentá-lo. Vieira admitiu a existência de um erro de contagem e foi, até à sua morte, reprojectando para outras datas a chegada da plenitude dos tempos.

CONDENADO PELA INQUISIÇÃO

Estando a sua vida e obra sob escrutínio judicial, acaba por ser considerado réu e recebe ordem de prisão nos cárceres da Inquisição a 1 de Outubro de 1665. A seu pedido, é dispensada a entrada nos cárceres e fica antes sob custódia em prisão domiciliária. É-lhe feito, como era praxe daquele tribunal, o inquérito de “limpeza de sangue”, não lhe sendo diagnosticados antecedentes judaicos, mas apenas uma “avó paterna mulata”. Depois, é intimado pelo Santo Ofício a escrever a sua defesa, não lhe sendo autorizado, todavia, a ter em seu poder mais livros do que o *Breviário* e a *Sagrada Escritura*.

Não obstante a sua débil saúde, situação que alegou para atraso na escrita da sua resposta às acusações, nunca prescindiu do direito de se defender e acabou por escrever uma volumosa apologia que contemporaneamente veio a lume com o título *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*. O seu maior biógrafo, Lúcio de Azevedo, escreveu que este documento de resposta às

acusações expressa a “grandeza do seu ânimo”, genial e inconformado. A defesa vai ser apresentada ao Santo Ofício no ano seguinte. Nesse ano de 1666, a sua imaginação utópica tinha projectado a data de inauguração do Quinto Império com a derrota do Império Turco. Defendeu-se com um grande arsenal erudito, em jeito de tese, das acusações que lhe faziam de milenarismo, de judaizar, de defender doutrinas que se desviavam dos conteúdos dogmáticos da fé católica.

A sentença já estava congeminada há muito pelo Tribunal da Inquisição, mas só foi lida a 24 de Dezembro de 1667, no mês que se seguiu à abdicação do rei D. Afonso VI em favor de seu irmão, o Príncipe D. Pedro, que assume então a regência do Reino. A sentença é implacável e priva Vieira da liberdade de palavra, de acção e de liderança. Os Inquisidores retiram perpetuamente ao grande orador a faculdade de pregar, de ter voz activa e passiva na sua ordem, isto é, de poder votar e de ser eleito ou tomar, de outra forma, parte nas decisões da Companhia de Jesus. A fechar o castigo, é obrigado à reclusão num colégio dos Jesuítas. Foi, portanto, reduzido a uma espécie de menoridade social e institucional.

O espírito livre de Vieira não podia experimentar pior morte do que a morte da sua liberdade. Assim, é proibido judicialmente de usar da ferramenta da palavra para intervir social e politicamente. Na sua Ordem, que tanto amava e da qual nunca quis dissociar-se, era agora reduzido a um membro sem direitos. Em nome do amor à sua Companhia de Jesus e fiel à sua condição de religioso, obrigado pelos conselhos evangélicos da Castidade, Pobreza e Obediência, até chegou a recusar, noutra tempo, a proposta do seu fiel amigo D. João IV para o fazer bispo, a fim de ficar mais protegido, pela púrpura, dos seus detractores, particularmente da Inquisição.

Ouviu de pé, ao lado dos seus confrades, a sentença que lhe foi lida no Colégio da Companhia, em Coimbra, que resultou de um auto judicial constituído por mais de mil páginas, ficando

constrangido a viver recluso até ao fim da vida naquele colégio dos Jesuítas (pelo facto do Mosteiro de Pedroso, nos Carvalhos, onde estava inicialmente designado o lugar da sua prisão, não ter condições para o efeito) e a pagar as despesas do processo judicial que foram estimadas em 17\$223 réis. Foi documentado o facto do Inquisidor Pantaleão Rodrigues Pacheco, inimigo fidagal de Vieira, ter sofrido uma apoplexia, em Lisboa, no exacto momento em que era lida a sentença contra o jesuíta em Coimbra, vindo a falecer passados três dias. Em boa parte, a condenação do Padre António Vieira acabava por ser uma vitória dos sectores desafectos à Companhia de Jesus e o sinal de que, naquele momento, a sua velha influência junto dos grandes círculos do poder tinha sido fortemente subtraída.

A PROGRESSIVA LIBERTAÇÃO DAS PENAS DO SANTO OFÍCIO

Todavia, nada mais flutuante no mundo do que a alternância das posições de poder, mesmo no tempo da monarquia. Entretanto, uma nova viragem estava a verificar-se no governo do Reino, com a subida ao trono do príncipe regente D. Pedro e o regresso de alguns antigos amigos seus para junto da corte, como foi o caso do duque de Cadaval.

Começa, então, a conseguir progressivamente algumas atenuações do rigor da sentença inquisitorial que lhe fora aplicada. No mês de Março, em que Portugal celebra a paz com Castela e obtém o reconhecimento da sua independência restaurada, Vieira é autorizado a mudar para uma residência da Companhia mais próxima da corte: fixa-se no Noviciado da Cotovia em Lisboa. E não tardou a reaver a sua liberdade, a 12 de Junho, apenas com a condição de não mais abordar as ideias condenadas. Passados poucos dias, a 22 de Junho, regressa ao púlpito para usar da palavra que lhe fora proibida, pregando na Capela Real por ocasião do aniversário da rainha. Este sermão será publicado ainda naquele ano em Paris, sendo a sua primeira edição em língua

francesa. Nesse mesmo ano, conhece mais outra internacionalização da sua famosa oratória, com a publicação em italiano de um volume de sermões na cidade de Roma.

A sua fama de pregador não foi ofuscada pelas sequelas do processo inquisitorial de que foi alvo, pois o seu nome continuava agora a encher igrejas e a ser solicitado para pregar em prestigiados púlpitos, não só do Paço Real, mas também da Sé Episcopal. Contudo, deixou para sempre de voltar a ser considerado, como figura de relevo, no que mais desejava: ser conselheiro outra vez do monarca e poder apresentar os seus projectos políticos em prol da reforma do país.

A GLORIOSA VIAGEM A ROMA

No último ano daquela que foi uma década terrível para aquele jesuíta, o Papa reconhece a independência do Portugal restaurado pela bula “Dilectum Filium”, emitida a 1 de Janeiro, e Vieira consegue autorização para sair de Portugal e viajar até Roma. O objectivo oficial desta viagem, apresentada também como uma peregrinação aos túmulos dos Apóstolos São Pedro e São Paulo, era tratar do processo de canonização do Beato Inácio de Azevedo e dos seus 39 companheiros jesuítas interceptados e martirizados pelos protestantes holandeses a caminho dos campos de missão brasileiros. Assim sendo, Vieira foi enviado à Cidade Eterna em pleno Verão de 1669 com este santo propósito pelo seu Superior Provincial, o P.^o Francisco de Avelar. Embarca para Itália a 15 de Agosto, fazendo escala em Alicante e Marselha. Chega a Roma por terra, depois de ter passado por Florença, a 21 de Novembro daquele ano, e Vieira não tardará a encantar a corte pontifícia e a corte da própria rainha Cristina da Suécia, exilada em Roma, com o poder sedutor da sua Palavra barrocammente decorada.

Com esta sua viagem de peregrinação à cidade papal, Vieira entra na década de 70, aquela que será a sua década da desforra

em relação aos seus vigilantes inimigos. Sobre aqueles que nunca lhe faltariam em abundância ao longo do seu percurso, Vieira tinha falado em Lisboa no *Sermão da Primeira Sexta-Feira da Quaresma*, pregado no ano de 1649. Encarece o significado dos inimigos na vida de um homem com coluna vertebral, baseando-se na perspectiva estoíca do filósofo ibérico Séneca: “*Fostes tão mofino que passaste toda a vida sem ter inimigos*. Não ter inimigos tem-se por felicidade, mas é uma tal felicidade que é melhor a desgraça de os ter do que a ventura de os não ter. Pode haver maior desgraça que não ter um homem bem algum digno de inveja? Pois isso é o que se argui de não ter inimigos”.

Longe das intrigas e dos inimigos portugueses, Vieira procura em Roma triunfos que remedeiem, de algum modo, as feridas causadas pelas suas ideias ousadas na mentalidade conservadora do seu país e, especialmente, na sua imagem e na sua boa fama. Sente-se bem recebido na Cúria Geral dos Jesuítas, governada pelo Geral João Paulo Oliva e onde também residia o Assistente de Portugal, o P.^c Gaspar Correia.

Ganhando a estima e a admiração do Superior Geral da Companhia de Jesus, que já sabia bem da sua fama de grande orador, o Padre António Vieira começa por pregar na Igreja de Santo António dos Portugueses em Roma e em português. Desse conjunto de peças oratórias, deixou-nos sermões notáveis sobre a identidade portuguesa e sobre o destino de ser português, os seus dois *Sermões de Santo António* destinados a um auditório composto por ouvintes portugueses residentes em Roma. Destacando a matricial vocação universalista dos nascidos em Portugal, afirma, no primeiro *Sermão de Santo António* pregado na cidade dos papas, que os portugueses têm pouca terra para nascer e muita para morrer: “para nascer, Portugal: para morrer o mundo”⁴¹.

No entanto, cedo se convence de que, se quisesse alargar o seu auditório e granjear a admiração dos romanos, teria que exercitar a arte de pregar em língua italiana. Para esse efeito, o Superior Geral dos Jesuítas manda-o aprender e aperfeiçoar o

italiano, em 1671. Em pouco tempo, e facilitado pelo seu conhecimento exímio da língua latina, aprende a língua do país dos papas e os seus sermões não tardarão a colher grandes aplausos entre ouvintes de uma língua estrangeira.

A força do seu verbo esmaga de admiração sucessivos auditórios e vence em jogos retóricos, para que foi convocado, prestigiados oradores. Ficou célebre a disputa intitulada *Riso de Demócrito contra as Lágrimas de Heraclito*, vencida por Vieira contra o P.^o Jerónimo Catâneo, diante de um auditório ilustre composto pela rainha Cristina, que o convidou, e por vários cardeais e outros dignatários de Roma.

O momento alto da sua glória internacional de grande pregador em Roma consistiu no convite que lhe foi endereçado, no último mês do ano de 1673, pela rainha Cristina da Suécia, convertida ao catolicismo e por isso exilada em Roma desde 1668, para ser o seu pregador oficial. Tinha conquistado a admiração incondicional da monarca sueca, não só nas disputas retóricas ocorridas no seu palácio, mas também através dos cinco sermões que pregou na sua capela real, que tiveram por tema as “Cinco Pedras de David”. Sentiu-se, porém, obrigado a recusar tão honrosa nomeação para pregador da rainha, temendo trair a confiança do monarca português ao servir uma soberana estrangeira e por sempre alimentar o desejo de voltar a Lisboa, donde o seu pensamento nunca tinha saído de facto. Aliás, isto mesmo confessará em carta enviada a Duarte Ribeiro de Macedo a 10 de Julho de 1674: “Roma para mim é Lisboa, onde estou sempre com o pensamento, e por isso sempre triste”⁴².

No entanto, não deixou de frequentar o Palácio Riário, onde em torno da erudita rainha Cristina e, sob os auspícios do Cardeal Azzolini, participavam na Academia Clementina figuras destacadas da elite cultural e científica do tempo, quer das áreas da literatura e da história, quer das áreas da física e da astronomia, sem faltarem personalidades eminentes da teologia e da oratória barroca. Quer na corte da rainha da Suécia, quer na corte papal,

quer ainda na Cúria da Companhia de Jesus, Vieira teve a oportunidade de conviver com figuras gradas do mundo católico que viviam ou passavam por Roma e com personalidades notáveis da política e da cultura italianas. Foi, por isso, para Vieira um momento de alargamento de horizontes e de granjear o reconhecimento internacional do seu talento nos palcos da alta-roda da capital do catolicismo.

Não foi de facto menor o prestígio que alcançou na Santa Sé entre a corte papal, junto do alto clero romano: monsenhores, bispos e cardeais. Perante a Cúria Romana, pugnou persistentemente para alcançar dois fins secretos pelos quais tinha saído de Portugal em direcção a Roma: a obtenção da absolvição da condenação inquisitorial que lhe tinha sido imposta e a defesa da causa dos cristãos-novos em nome da qual tinha também sido perseguido pelo Santo Ofício português.

Com o Superior Provincial dos Jesuítas das missões do Malabar, o Padre Baltazar da Costa, entretanto chegado a Roma, congemina a criação de uma Companhia Mercantil para Oriente com o mesmo traçado daquela que tinha criado para o Brasil, no tempo de D. João IV. Convenceu-se que este seria um instrumento decisivo para refrear as perdas do Império Português do Oriente, cada vez mais carcomido pelo ascendente Império Holandês e ao mesmo tempo cobiçado por ingleses e franceses.

Fortalecer o império era, no seu ideário religioso, em última análise, reforçar também o cada vez mais fragilizado Padroado Português, que patrocinava a expansão missionária católica. O capital mais importante para criar esta Companhia monopolista teria de vir necessariamente da elite mais empreendedora e detentora de riqueza disponível para investir: homens de negócios cristãos-novos. Para o efeito defende, novamente, em propostas enviadas ao príncipe regente D. Pedro, a tomada de medidas protectoras da “gente de nação”, nomeadamente a revisão dos predadores estilos inquisitoriais e a emissão de um perdão geral que libertasse os descendentes de judeus das suspeitas que, sobre

eles, pairavam e que os faziam eternamente culpados.

Feito um acordo prévio, no qual se concertavam as condições desta criação para apoiar a reabilitação das possessões portuguesas ultramarinas, chegou a ser enviada, em 1672, uma missiva da parte dos cristãos-novos à corte portuguesa para pedir uma decisão em favor desta proposta.

Todavia, a conjuntura não era nada favorável a uma decisão positiva. Recorde-se que, a 11 de Junho de 1671, tinha-se dado o célebre caso da violação do sacrário da Igreja do Mosteiro de Odivelas. O acto sacrílego foi logo atribuído aos Judeus, tendo-se despoletado uma onda popular de anti-semitismo, incitada por pregadores fanáticos e pelos sectores ligados à Inquisição, apesar de mais tarde se vir a provar que foi um acto executado por um bandido vulgar. A reacção provocada, na sequência deste incidente contra os cristãos-novos, com o recrudescimento da propaganda anti-semita, levou o próprio D. Pedro a ameaçar a *gente hebraica*, considerada “gente ímpia”, com medidas radicais que iam desde o confisco dos bens a uma nova expulsão geral do Reino. As medidas mais radicais não foram aplicadas, em grande medida devido ao desacordo dos conselheiros ligados à Inquisição que, com a expulsão dos cristãos-novos, veriam a sua razão de existir hipotecada e a sua fonte de financiamento deslocalizada.

Apesar de, no ano seguinte, este grave contexto ter abrandado e o príncipe regente ter-se mostrado favorável à proposta apresentada pela delegação cristã-nova, o monarca quis, antes de decidir, fazer uma consulta prévia às cortes, aos bispos e às universidades. A consulta recebeu da parte de todas as instituições parecer negativo, apenas com a excepção da Universidade de Évora, dirigida pelos Jesuítas, que se manifestou favoravelmente à proposta da criação de uma Companhia Comercial para as Índias Orientais com capital cristão-novo.

Perante tantos pareceres desfavoráveis, o monarca acabou por recusar o empreendimento cristão-novo. Venceu mais uma vez a posição conservadora e, assim, impediu-se de intervir com

um projecto empreendedor para travar a derrocada do império que estava a verificar-se a passos largos. Vieira e os Jesuítas estavam, neste momento, do lado da perspectiva mais avançada para benefício da afirmação de Portugal e, por isso, foram associados aos judeus pela propaganda pró-inquisitorial, que fez da Companhia de Jesus uma “Ordem protestante” que deveria até ser expulsa do Reino.

Na realidade, na criação de novas estruturas, à semelhança do que se praticava na Holanda e na Inglaterra, estaria a garantia de alguma salvação para o Império Português, cada vez mais moribundo. Só uma organização que fosse capaz de atrair volumosos capitais para investir em armadas modernizadas e outros meios logísticos poderia fazer frente ao crescente poderio das esquadras e companhias dos emergentes impérios do Centro e do Norte da Europa.

O Padre António Vieira reflecte, na sua epistolografia, o seu desgosto e lança o seu fogo crítico, denunciando de uma forma aguda a triste situação da sociedade portuguesa subjugada pela Inquisição. Vieira sabia e acusava que este Tribunal «matava inocentes». Tal era a má fama da Inquisição portuguesa em Itália que, numa carta escrita de Roma, informa que naquela capital do catolicismo «corria a notícia que se alguém era inocente que o mandassem para Portugal para logo o queimarem». O pregador aponta o ambiente de espionagem doentia que corroía o tecido social português: «Em Portugal não se abre uma porta nem se fecha sem que toda a terra o não saiba». Numa “Carta do Padre António Vieira estando em Roma”, o pregador jesuíta ridiculariza em extremo a inconsistência das acusações que se alegavam para condenar os cristãos-novos: «quando queimaram um judeu, inocentemente acusado de ter assado o carneiro pascal, não faltou quem confessasse tê-lo visto levar o carneiro na algibeira, assá-lo ao lume de candeia e depois engolir o candeeiro»⁴⁵.

VITÓRIA CONTRA A INQUISIÇÃO

Contudo, Vieira não baixou os braços. Em Roma, somou o seu prestígio de pregador ao seu talento de advogado, e com a assessoria do ex-secretário do Santo Ofício português, Pedro de Lupina Freire, que estava em Roma, dispensado e degradado pela Inquisição, escreveu um relatório anti-inquisitorial denominado *Notícias Recônditas*, onde descreve os procedimentos desumanos daquele Tribunal.

Este documento de acusação da autoria de Vieira, juntamente com as sucessivas queixas dos cristãos-novos, permitiram obter uma inédita medida decretada pela Santa Sé, sob o governo do Papa Clemente X, em 1674, que os chama de “Filhos Dilectos”. Através da forma de Breve Pontifício, preparado na realidade pelo Cardeal Altieri, dada a invalidez do papa, o trabalho da Inquisição portuguesa é suspenso. Aquele temível Tribunal português foi de facto proibido pelo Papa de poder realizar autos-de-fé, de fazer julgamento e foi intimado a parar com os processos e executar penas. Mas apesar de ter deixado de aplicar penas capitais, continuou a fazer queimas de pessoas em efígie.

Com efeito, o Santo Ofício obedeceu à medida papal de suspensão apenas em parte, procurando, através dos seus emissários, tentar alterar esta decisão da Cúria Romana de quem dependia, o que só conseguirá em 1681. Portanto, durante cerca de 7 anos, a Inquisição portuguesa esteve, pela primeira vez, oficialmente suspensa devido ao papel influente de Vieira junto da Santa Sé.

É neste período de luta contra aquela instituição poderosa, que nem o Papa conseguia vencer plenamente, que o Padre António Vieira, desiludido, escreve o seu famoso *Desengano Católico sobre a causa da gente de nação hebraica*. Verificando que o Papa e a Inquisição romana eram mais tolerantes e benignos, para com os descendentes de judeus, do que a portuguesa, acusa os sectores inquisitoriais portugueses do seu cruel conservadorismo e de quererem ser mais papistas que o papa:

“Adverte-se que a fé é católica, por ser romana, e que é cismático desatino resistir ao Sumo Pontífice com pretexto e pretensão de ser mais católico que o Vigário de Cristo, se é que Portugal não quer seguir o caminho de Inglaterra. É certo que todos os contrários de Portugal e parciais de Castela contradizem e impugnam o intento da gente de nação, persuadindo-se que só assim tratam da sua conveniência e da ruína de Portugal. Oh! quem pudera retumbar em Portugal com uma voz de trovão, para despertar os portugueses adormecidos com o ditame seguinte: ou Castela ou França procuram o seu proveito com dano de Portugal, ou não. Dizer não, é loucura muito grande; conceder que sim e procurar o mesmo que os inimigos procuraram, é delírio que se acha unicamente na política portuguesa”⁴⁴.

Por isso, vai com todo o empenho defender que os cristãos-novos passem a ser julgados em última instância pela Inquisição de Roma, mais tolerante do que a de Lisboa, e menos enredada nos velhos preconceitos anti-semitas, misturados com fortes interesses económicos e de manutenção de redes de poder.

Além de se ter empenhado em tratar dos interesses da gente da nação, nome que era dado aos cristãos-novos de origem judaica e, por essa via, dos interesses de Portugal de acordo com o seu entendimento da política portuguesa, Vieira não descurou a sua questão pessoal neste processo. No ano a seguir, antes de regressar ao seu país, consegue uma segunda vitória contra a Inquisição portuguesa, que acaba por ser simbolicamente mais uma desautorização, ao mais alto nível eclesiástico, do Tribunal do Santo Ofício lusitano. Do papa que o admirava, consegue um Breve, datado de 17 de Abril de 1675, que o absolve de todas as condenações inquisitoriais e o coloca apenas dependente, para efeitos judiciais, da Congregação do Santo Ofício da Cúria Pontifícia, tornando-o assim imune para sempre do poder da Inquisição portuguesa.

REGRESSO A PORTUGAL E DESILUSÃO DA POLÍTICA

António Vieira pode, agora com protecção e liberação papal, responder sem sobressaltos à ordem de D. Pedro que o mandava regressar com urgência a Portugal, como de facto o fez no dia 22 do mês seguinte. Tinha cumprido com sucesso os principais motivos que o levaram a Roma e talvez superado as suas expectativas pessoais.

Na Cidade Eterna, além dos negócios políticos e religiosos que referimos, tinha adiantado, por ordem dos seus superiores, a preparação dos seus sermões para edição e manteve uma intensa correspondência com figuras importantes da sociedade e da Igreja portuguesa e italiana, nomeadamente com o grão-duque de Florença, de quem se tornou amigo no percurso que fez por Itália até chegar à cidade papal. Através desta correspondência, se pode ver que os assuntos relativos à política portuguesa o continuavam a preocupar fortemente e que estava a par das grandes questões políticas e diplomáticas da Europa daquele período. Não tinha abandonado, portanto, a sua vocação de homem político que se tinha revelado ao serviço do rei D. João IV.

De facto, apesar da cidadania do mundo ser mais adequada a espraiair o seu espírito universalista, a paixão pela pátria prendia-o, como uma trela ao dono, para onde o coração pendia e o corpo desejava regressar irremediavelmente, como confessa na sua correspondência: “Não quero ter mais pátria que o mundo, e não acabo de acabar comigo não ser português”⁴⁵.

A viagem de regresso à capital portuguesa fez-se por Marselha e por La Rochelle, aportando em Lisboa a 23 de Agosto daquele ano de 1675, com o Breve na mão que o isentava da jurisdição do Santo Ofício português. Mas a desilusão rapidamente se apodera do seu espírito ao ser recebido friamente em audiência pública e não privada, como esperava, pelo regente D. Pedro. De desilusão em desilusão, mantém-se em Lisboa mais cinco

anos, antes de partir definitivamente para o Brasil, sem nunca mais recuperar uma posição de relevo na alta-rodada política, para poder influir nos destinos do seu país.

Ainda fez uma última tentativa para conquistar a atenção do monarca, dedicando-lhe o primeiro tomo dos seus *Sermões* completos, que veio a ser publicado na Oficina de João da Costa, em 1679, mas sem grande resultado. Desiste, assim, definitivamente de recuperar o seu lugar de destaque na acção política e decide regressar ao Brasil para dedicar o resto da vida à vocação missionária. A voz das Terras de Vera Cruz chamava Vieira às origens da sua vocação, de tal modo que chegou a recusar mais uma vez o convite que lhe foi, entretanto, comunicado pelo Geral dos Jesuítas, para que voltasse à Roma e se tornasse confessor da rainha da Suécia.

REGRESSO DEFINITIVO AO BRASIL

Depois de se ter empenhado, antes de partir, na preparação de uma nova estratégia missionária dos Jesuítas para o Maranhão, parte a 27 de Janeiro de 1681 para a Baía, munido dos poderes de Superior das Missões da Companhia de Jesus do Brasil. No entanto, contribuiu para que fosse aprovada, a 1 de Abril de 1680, uma lei favorável à liberdade dos índios do Maranhão.

Já na Quinta do Tanque, nos arredores da então capital da colónia portuguesa no Brasil, onde fixa residência, o Padre António Vieira recebe da metrópole duas notícias que o fazem desgostar ainda mais da sua amada pátria e reforçar o desejo, manifestado ao partir, de não mais querer regressar a Portugal. A Inquisição obtém da Santa Sé o fim da suspensão dos julgamentos e o Tribunal recupera o seu poder de acção apenas acatando algumas reformas pouco significativas. Para assinalar este desimpedimento do Santo Ofício, os estudantes de Coimbra juntam-se à população para queimar Vieira em efígie na cidade dos doutores. Vieira reage com ironia à ingratidão da pátria, declarando que gozava

ainda vivo dos “privilégios de morto” e confessa este lamento na sua correspondência: “Não merecia António Vieira aos portugueses, depois de ter padecido tanto por amor da pátria e arriscado tantas vezes a vida por ela, que lhe antecipassem as cinzas e lhe fizessem tão honradas exéquias”.

Dois anos depois, recebe a notícia de que lhe foi reconhecido o mérito e feita uma homenagem à sua obra na Universidade do México. Tinham-lhe sido dedicadas, com um retrato seu e emblemas triunfais, as *Conclusões Teológicas* daquela instituição universitária da colónia espanhola. Esta boa nova de reconhecimento estrangeiro contrastava gritantemente com o desmérito que lhe imputavam em Portugal e vinha confirmar ainda mais o diagnóstico que fez no segundo *Sermão de Santo António*, que escreveu em Roma, para ser proferido na Igreja de Santo António dos Portugueses, em 1672, e que, por doença do pregador, não foi de facto consumado. Numa crítica que ainda mantém hoje grande actualidade, Vieira acusa assim Portugal de não saber promover, mas sim, antes apagar os seus melhores talentos: “Em chegando aos horizontes da Lusitânia, ali se afogam os raios, ali se sepultam os resplendores, ali desaparece e perece toda aquela pompa de luzes. E se isto sucede aos lumes celestes e imortais, que nos lastimamos, Senhores, de ler os mesmos exemplos nas nossas histórias? Que foi um Afonso de Albuquerque no Oriente? Que foi um Duarte Pacheco? Que foi um D. João de Castro? Que foi um Nuno da Cunha, e tantos outros heróis famosos, senão uns astros e planetas lucidíssimos, que, assim como alumiarão com estupendo resplendor aquele glorioso século, assim escureceram todos os passados? Cada um era na gravidade do aspecto um Saturno, no valor militar um Marte, na prudência e diligência um Mercúrio, na altivez e na magnanimidade um Júpiter, na fé, na religião e no zelo de a propagar e exceder entre aquelas vastíssimas gentilidades, um sol. Mas, depois de voarem nas asas da fama por todo o mundo, estes astros ou indígetes da nossa Nação, onde foram parar quando chegaram a ela? Um vereis privado com infâmia

do governo, outro preso e morto em um hospital, outro retirado e mudo em um deserto, e o melhor livrado de todos, o que se mandou sepultar nas ondas do Oceano, encomendando aos ventos levassem à sua pátria as últimas vozes com que dela se despedia: *Ingrata pátria, non possidebis ossa mea!* Vede agora se tinha eu razão para dizer que é natureza e má condição da nossa Lusitânia não poder consentir que luzam nela os astros”⁴⁶.

A cerca de meia légua da capital baiana, longe do bulício da corte e das preocupações da cidade, poderíamos pensar que teria chegado o tempo do repouso para o inquieto pregador se preparar para a etapa final da vida. Ali, deveria ocupar-se da preparação dos seus sermões, para continuar a publicação dos tomos seguintes, como o faz cumprindo, por obediência religiosa, a determinação dos seus superiores maiores.

Não perde de vista ainda a intenção de dar andamento ao trabalho de continuação das suas obras proféticas, a que atribui um valor superior. Apelida-as de “palácios altíssimos” por comparação com as “choupanas”, expressão que usa para classificar o menor valor que atribuía aos seus sermões, os quais, todavia, o vieram de facto a celebrar na História da Literatura. Apesar de ter deixado inconclusa a *História do Futuro*, decide entregar-se ao desenvolvimento daquela que viria a considerar a sua *magnum opus* (obra magna): a *Clavis Prophetarum: De Regno Christi in Terris consummato* (Chave dos Profetas: Sobre o Reino de Cristo consumado na Terra). De facto, acabará a sua vida a tentar concluir esta obra, onde revê a sua ideia de Quinto Império, de matriz mais nacionalizante, patente na *História do Futuro*, para dar à sua utopia, desiludido que estava com a sua pátria, um carácter mais universalista e eclesiológico. O Quinto Império será, nesta sua última obra profética, a realização do sonho de universalização do cristianismo sob a égide da Igreja e o estabelecimento de uma era ecuménica de paz e de fraternidade entre os homens. Também, com esta revisão de perspectiva, queria precaver a sua obra profética contra os esperados olhares censórios dos inquisidores e libertá-

la o mais possível dos desvios heréticos.

Não obstante, da Baía ia reagindo às notícias que lhe chegavam da corte e manifestando a esperança de um futuro auspicioso para Portugal. Acreditava que sempre algo de extraordinário poderia advir de uma realização política, de um casamento ou do nascimento de um herdeiro para o rei. Usava ainda, de vez em quando, o ofício de pregador de fama consolidada, para fazer elogios aniversariais ou para consolar a família real na ocasião de mortes inesperadas. Apesar de estar muito longe, não deixava de tentar fazer-se presente, nem que fosse através da publicação de um sermão em Lisboa, pregado no Brasil, mas que dizia respeito às questões da política portuguesa, como aconteceu com o *Sermão das exéquias da rainha D. Maria Francisca de Sabóia*, pregado a 11 de Setembro de 1684, na Igreja da Misericórdia da Baía. Com esta intervenção, aproveitou para fazer um elogio ao rei D. Pedro II, coroado como tal, no ano anterior, logo após a morte de D. Afonso VI e para desejar-lhe o nascimento de um herdeiro valoroso do novo casamento.

Um ano depois do casamento de D. Pedro com D. Maria Sofia de Neuburgo, Vieira alegra-se, num discurso exaltado de congratulação que profere na Sé, pelo nascimento do primeiro filho, chamado João, que morre passado pouco tempo. Não obstante, Vieira não desmobiliza da sua esperança e escreve um discurso apologético que envia à rainha de Portugal. Procura consolá-la da morte do primeiro filho e animá-la na fé, afirmando que só a Deus cabe confirmar, mais tarde ou mais cedo, a grande esperança de Portugal, consubstanciada na sua teimosa ideia teleológica do Quinto Império. Aqueles dois textos acabaram por ser reunidos num volume, significativamente intitulado *Palavra de Deus empenhada e desempenhada*, publicado em Lisboa, no ano de 1690, por Miguel Deslandes.

UMA VELHICE ATRIBULADA: AFECTOS E DESAFECTOS

Apesar de se considerar como que abandonado e esquecido dos homens, o seu espírito não estava talhado para a resignação nem para a vida calma, antes para a intervenção, para o protagonismo, para a acção. Mas as “ressuscitações” de Vieira do seu dito estado de retiro, nem sempre aconteceram pelas razões mais prestigiosas. Em resultado do homicídio do Alcaide da Baía, cometido a 4 de Junho de 1683, por oito homens mascarados que depois se refugiaram no colégio da Companhia de Jesus, invocando a lei do homizio, Vieira vê-se obrigado a defender a sua honra, a do seu irmão Bernardo Ravasco e a do seu sobrinho Gonçalo Ravasco, alegadamente envolvidos no crime. A associação a este homicídio do irmão do Padre António Vieira, que então era Secretário de Estado, deveu-se ao seu conhecido desentendimento com o governador do Brasil e ao apoio que este último gozava do Alcaide da Baía neste processo. O caso resultou na despronunciação dos seus familiares passados três anos, desfecho para que muito contribuiu a advocacia de Vieira.

Entretanto, alguns focos de instabilidade reacenderam-se em algumas regiões do Brasil. Em 1684, manifestou-se aquele que foi considerado o primeiro movimento autonomista do Brasil, o chamado Pronunciamento de Beckman, em São Luís do Maranhão. Ocorrem também, nesse ano ainda e no seguinte, levantamentos no Pará e no Maranhão. Houve novamente a pretensão de expulsar os missionários da Companhia de Jesus que prejudicavam os interesses dos colonos em relação aos índios.

Vieira, no seu retiro da Baía, manifesta, em 1697, o desejo de voltar ao trabalho missionário directo nos sertões do Maranhão e da Amazónia. Não já na qualidade de simples missionário como desejava, mas com o estatuto de Visitador Geral das Missões do Brasil e do Maranhão, nomeação que recebeu do Geral da Companhia de Jesus. No ano seguinte, vai poder voltar ao Colégio e intervir como estratega e orientador do esforço missionário

dos Jesuítas. O novo cargo que recebera acabava por representar mais um reconhecimento e uma recompensa, da parte da sua Ordem, pelo grande prestígio da sua pessoa e da sua obra, do que uma nova rampa de lançamento para a acção. Mas Vieira, apesar de velho e cansado, não quis deixar-se quieto à sombra do honroso título que recebera.

Nesse mesmo ano, tenta incutir um novo fôlego na acção missionária da Companhia, fazendo uma exortação doméstica aos jesuítas do Colégio da Baía, onde passava a ser a sua residência oficial de Visitador. Exalta a importância da “universidade” de almas dos bosques da gentilidade e incentiva a necessidade estratégica da aprendizagem das línguas indígenas como trabalho prévio à evangelização.

Envia recomendações aos missionários para que reclamem, insistentemente ao rei, a falta de cumprimento do Regimento das Missões e as dificuldades da nova lei de liberdade dos índios que teria cláusulas mais obstrutivas que a de 1655.

No ano seguinte, envia a Lisboa o Procurador das Missões da Companhia, o P.^o Baltazar Duarte, para solicitar mais missionários para o Brasil. Apesar de ter pedido, neste segundo ano de mandato, ao Superior Geral, a dispensa do cargo de Visitador, devido às sentidas incapacidades da sua idade avançada, acabará por cumprir o seu triénio, regressando, em 1691, à Quinta do Tanque. Até ao fim do exercício das suas funções de Visitador, vai promover novas incursões missionárias, nomeadamente a dos Quiriris no interior da Baía, investindo nelas o lucro obtido com a venda dos seus livros de sermões, que estavam a ser sucessivamente publicados com ampla aceitação.

Retirado novamente dos cargos de responsabilidade na sua ordem, para, com sossego, se dedicar à preparação da publicação das suas obras, revelou-se, todavia, incapaz de refrear totalmente o seu desejo de intervenção, quer nos assuntos públicos, quer nos da sua Ordem, com custos pessoais, por vezes graves.

Convicto da sua razão e da sua experiência, exasperou com

a sua teimosia interventiva aqueles que detinham cargos de autoridade. O caso mais grave aconteceu com a sua interferência insistente no processo de eleição de um Procurador pela Congregação Provincial da Companhia de Jesus, reunida na Baía, em 1694. O Procurador teria a missão de ir à Congregação Geral, reunida em Roma, tratar de assuntos importantes dos jesuítas do Brasil. A inoportuna interferência de Vieira, nesta decisão, mereceu uma veemente reprovação de todos os superiores da Companhia de Jesus do Brasil, chegando ao cúmulo de o privarem da voz activa e passiva no que às decisões da sua ordem dissesse respeito.

Como era de esperar, Vieira não se conformou com esta pena, tanto mais que a sua intervenção visava defender princípios e conquistas por que tinha lutado no passado, nomeadamente no que às administrações dos índios e à sua liberdade concernia. Inspiravam-lhe, de facto, sérios cuidados algumas tendências e cedências dos responsáveis da Companhia de Jesus às velhas pretensões dos colonos, contra as quais tinha lutado toda a vida e com o risco da mesma vida. É então que escreve este desabafo contra os conspiradores da dignidade de todos os homens: “Não me temo de Castela, temo-me desta canalha”. Sobre este último grito de revolta, comenta o grande biógrafo de Vieira: “Foi a última vez que interveio no assunto da liberdade dos índios, tanto do seu coração, como o das franquias da gente hebraica pelos quais ambos trabalhou com afinco e suportou dos contemporâneos inimizades e perseguições; e um inimigo póstumo, mais encarniçado que nenhum dos outros, nascido dois anos depois da sua morte, Pombal, havia de os resolver no mesmo sentido das suas ideias, mas caluniando-lhe o intento e deformando-lhe as acções”⁴⁷.

Apresenta recurso da decisão dos seus superiores ao Geral, num processo que dilacerou o seu espírito no final da vida. Embora o Superior Geral viesse a atender ao seu recurso e acabar por anular a decisão que o condenou, a sentença definitiva só chegaria à Baía depois da sua morte, ocorrida a 18 de Julho de 1697.

Quase cego, dedicou os últimos anos da sua vida a concluir os seus escritos proféticos e a preparar sermões para edição, já com ajuda de um secretário, a quem ditava livros e correspondência que procura manter, agora, com cada vez menos regularidade, com amigos e figuras gradas da sociedade portuguesa e europeia.

Apesar dos desaires e amarguras provocadas por inimigos externos e por alguns confrades seus, ainda vê, nos últimos anos da sua vida, algumas ideias suas vingarem, como foi a criação a 1 de Março de 1694, conforme projecto seu, apresentado dois anos antes, da Casa da Moeda do Brasil, instituição considerada importante para a consolidação da estrutura económica colonial daquele imenso território. Entretanto, continuaram a chegar ao seu conhecimento o eco da sua notoriedade de grande pregador no estrangeiro. Por exemplo, em 1690, foi publicado em Puebla de los Ángeles, no México, a “Carta Antenagórica” da poetisa Soror Inés de la Cruz, a propósito do *Sermão do Mandato*, que classifica Vieira como “orador grande entre os maiores”⁴⁸. À data da sua morte, já tinha 11 tomos de sermões publicados, sendo os quatro que faltavam publicados postumamente até o ano de 1748.

Vieira foi, ainda em vida, o autor barroco português mais publicado no estrangeiro, contando com várias colectâneas do seu sermonário, editadas em várias línguas modernas dos países europeus, sem faltar uma edição em latim, feita em Colónia, na Alemanha. Não deixaram de surgir ainda textos “apócrifos” que começaram a vir a lume dados como se fossem da sua autoria e que António Vieira não lhes reconhece propriedade. A Vieira não foi, pois, também estranha aquela tendência de atribuir aos grandes autores escritos que não foram de facto da sua autoria, o que não é mais do que uma estratégia de conferir autoridade maior a textos que pretendem veicular determinadas ideias. O caso mais emblemático foi o livro *Arte de Furtar*, obra que até há pouco tempo era dada como sendo do Padre António Vieira, mas que a crítica textual e editorial já o deu como sendo mais

uma contrafacção.

A sua fama de pregador exímio tinha-se de facto imposto não só no seu país, mas extravasado fronteiras, contribuindo para prestigiar a língua portuguesa, enquanto instrumento de criação literária e de pensamento.

A sua personalidade apaixonada, fiel às suas convicções até ao sangue, as suas ideias demasiado avançadas e muitas delas incompreendidas pela mentalidade estreita do seu tempo, tornou-o uma personalidade controversa que granjeou grandes admiradores e amigos fiéis, mas ao mesmo tempo lhe garantiu a vigilância crítica, por vezes violenta, de muitos inimigos. Não obstante os conflitos que suscitou dentro da sua própria ordem, nos últimos anos da sua vida, em nome da fidelidade aos seus princípios e à sua perspectiva de defesa da liberdade dos índios, que foram um dos grandes amores da sua vida, Vieira mereceu da parte dos superiores gerais dos Jesuítas solidariedade, respeito e reconhecimento pela sua pessoa e obra. Entre outras provas daquele superior apoio, podemos lembrar aquela última documentada em 1695, ao ter recebido uma carta da Cúria Geral que garantia a estima do Geral da Companhia de Jesus e lhe reconhecia a sua bondade e grandeza de espírito. O Geral dos Jesuítas quis sossegá-lo, ao declarar-lhe que poderia confiar, pois o diferendo com os seus superiores, de que apresentou recurso, iria ser resolvido com a melhor atenção e justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Três anos antes de acabar o século de Seiscentos, morreu no Colégio da Baía aquele que, como escreve Álvaro Dória, encheu todo esse conturbado século XVII. Foram-lhe feitas cerimónias fúnebres no Brasil e em Portugal, à altura da sua estatura de grande homem de Igreja e de Estado. Dois dias depois da sua morte, o seu confrade, P.^c António Andreoni, publicou a sua primeira biografia com o título que contribuiu para a perenização

da memória de uma vida, *Compêndio da vida do muito exímio Padre António Vieira*. Imortalizava-se na memória histórica aquele que, no dizer lapidar de Aníbal Pinto de Castro, “converteu-se num verdadeiro símbolo do seu tempo”. O tempo era do barroco e da sociedade dos contrastes, aliás, como sempre são em maior ou menor grau as sociedades dos homens. Vale a pena recordar o quadro social feito pelo biógrafo citado de Vieira, na sua obra intitulada *António Vieira: Uma síntese do barroco luso-brasileiro*: “Vivia a sociedade portuguesa dessa mesma época num permanente conflito entre a autoridade e a liberdade, a contenção e a exuberância, o pecado e a graça; conflito de indivíduos, de classes, de consciências, de interesses e de credos”⁴⁹.

Vieira procurou responder às contradições do seu tempo com a palavra utópica que, de algum modo, semeia, não só nos escritos proféticos, mas também em muitos dos seus sermões, cartas e projectos práticos de reforma do país. Quis, com a sua vida, forçar a chegada do Quinto Império, que até ao fim acreditou ser possível realizar na terra. Mas, apesar de ser padre, o autor da *História do Futuro* não cede às tentações do clericalismo. O Quinto Império faz pensar, *ante litteram*, numa federação, numa sociedade das nações, na qual cada um sabe renunciar a uma parcela de soberania nacional, em favor do bem geral. Um dos seus mais luminosos estudiosos franceses, Raymond Cantel, escrevia nos anos sessenta do século XX: “Pensando à escala mundial, Vieira, sentiu o cansaço dos homens perante a guerra. Foi um daqueles que, no seu tempo, teve a capacidade de sentir a necessidade imperiosa dos povos se unirem, de tenderem para objectivos comuns de forma a construir a harmonia universal. Idealizou um projecto para que os homens obtivessem mais felicidade na terra, mas não pensou que a pudessem alcançar dispensando-se do céu”⁵⁰.

A problemática da instituição sólida e eficaz de uma autoridade mundial pacificadora e produtora de consensos, não tem sido uma das grandes labutas dos homens do nosso tempo actual? A

exigência e procura dessa autoridade universal para oferecer e regular as soluções de paz e de reconciliação entre os homens e estabelecer os caminhos da solidariedade tem sido uma das labutas políticas dos séculos XX e XXI, as quais foram, de algum modo, corporizadas, apesar das inúmeras contradições da burocracia dos interesses, na Organização das Nações Unidas (ONU). E não será esta uma das grandes exigências, ainda muito situada actualmente no domínio da utopia, do século XXI e do milénio que começamos a viver?

O estudioso francês citado, Raymond Cantel, considerou a ideia de Quinto Império, especialmente na linha traçada por Vieira, como a prefiguração, o sonho *avant la lettre*, deste projecto que, hoje em dia, não é só pertença de um ou dois sonhadores, mas é uma exigência que reúne muitos consensos em termos internacionais. Esse Quinto Império, nome simbólico de todas as aspirações de unidade, de paz e comunhão entre os homens, só poderá ser fundado por um novo tipo de homem que supere efectivamente o *homo mechanicus*. Este homem criado pela era industrial, corre o risco de se tornar hegemónico na era da informática que emerge triunfante contra todas as resistências, e que o Padre Manuel Antunes, um dos grandes pensadores humanistas do século XX português, bem caracteriza: “O *homo mechanicus* é um *homo dynosauricus*. Multiforme e disforme quase como os seres de certa espécie animal aparecida e desaparecida durante a era secundária. Gigantesco e liliputiano, maciço e alongado, duro e dúctil, compacto e plástico, entre réptil e ave, ora armado de dentes e de grifos, ora de bicos e picos, o *homo mechanicus* provoca a expansão da mudança mas sem lograr ajustar-se-lhe; produz novos objectos, sempre novos objectos, mas sem, por vezes, saber bem para quê; cria novas aspirações, novos desejos, novas necessidades para, finalmente, os não satisfazer, pelo menos em larguíssimas camadas da população; procura a segurança nos seus órgãos de ataque e de defesa para, no cabo de contas, ficar exposto à extinção da espécie e da própria vida; vai multiplicando

prodigiosamente os meios, mas está longe de os proporcionar aos fins, construindo, ao mesmo tempo, os explosivos desses mesmos meios; preocupa-se com o ritmo, cada vez mais rápido, da evolução, mas não cura bastante de saber em que sentido”⁵¹.

Um homem deste tipo nunca poderá realizar a proposta de transformação da humanidade que o Quinto Império simboliza, isto é, a urgência da efectiva humanização do mundo. Só um novo tipo de homem que, nos anos 70 do século XX, Manuel Antunes, cujas ideias avançadas fazem deste jesuíta um Vieira dos nossos dias, designava como o *homo misericor* – o homem movido pela centralidade do coração, “do coração tido como o símbolo e o órgão central da afectividade”. Pois é, segundo este autor, pela misericórdia (do latim *mise-ricordia*, isto é, movimento do coração – “constelação formada pela ternura, a bondade, a paciência, a longanimidade, a indulgência”), que a face desumana da terra pode mudar. O Quinto Império não é mais, no dizer de outro grande estudioso de Vieira, António Lopes, o sonho de “amorização do mundo”⁵².

De facto, o avançado pensamento utópico de Vieira poderia ser, no dizer certo de Aníbal Pinto de Castro, uma espécie de “manual de cidadania do futuro” de grande validade para os seus contemporâneos e ainda para nós, homens do século XXI.

A vida de Vieira é uma escola, que a obra reflecte e a memória dos seus contemporâneos testemunha. Uma escola de sabedoria edificada na Universidade do Mundo, onde o grande jesuíta aprendeu, à custa de muito sofrimento e desilusão, cinzéis que purificaram o ouro bruto dos seus ideais e da sua vontade férrea de transformar o mundo com a sabedoria fina sobre a vida dos homens. Grandes autores portugueses que se lhe seguiram beberam na sua escola, particularmente na sua escola da palavra, onde muitos continuam a beber inspiração para aperfeiçoar a língua portuguesa como instrumento poderoso de traduzir o pensamento sagazmente dito em linguagem belamente ornamentada⁵³.

Em 1931, numa página do *Livro do Desassossego*, Fernando

Pessoa confiou a Bernardo Soares, seu semi-heterónimo, esta confissão: “Não choro por nada que a vida traga ou leve. Há porém páginas de prosa que me têm feito chorar. Lembro-me como de que estou vendo, da noite em que, ainda criança li, pela primeira vez, numa selecta, o passo célebre de Vieira sobre Salomão: *Fabricou Salomão um palácio...* E fui lendo até ao fim, trémulo, confuso; depois rompi em lágrimas felizes, como nenhuma felicidade real me fará chorar, como nenhuma tristeza da vida me fará imitar. Aquele movimento hierático da nossa clara língua majestosa, aquele assombro vocálico em que os sons são cores ideais – tudo isso me toldou do instinto como uma grande emoção política. E, disse, chorei: hoje, lembrando, ainda choro... não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, um sentido, um alto sentido patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa.”⁵⁴

Vieira deu a cidadania da língua portuguesa ao maior poeta português do século XX. No nosso século, carente de utopias verdadeiramente mobilizadoras e iluminadoras do futuro, Vieira e a sua palavra poderosa são, sem dúvida, estímulo para não desistirmos da construção de um mundo melhor.

NOTAS

¹D’ORS, Eugenio. *Lo Barroco*. Madrid: Aguillar, 1964.

²Cf. CALAFATE, Pedro. António Vieira ou o elogio da tolerância. *Brotéria*, vol. 145 (números especiais de Outubro-Novembro dedicados ao Padre António Vieira), 1997, p. 361-373.

³AZEVEDO, João Lúcio de. *História de António Vieira: Com factos e documentos novos*. 3.^a ed. Lisboa: Editora Clássica, 1992, vol I, p. 83.

⁴LOURENÇO, Eduardo. Vieira ou o Tempo barroco. In: _____. *A Morte de Colombo: Metamorfose e fim do Ocidente como mito*. Lisboa: Gradiva, 2005, p. 74-75.

⁵SAMPAIO, Jorge. Esse povo de palavras [discurso da cerimónia oficial da

comemoração do Tricentenário da Morte de António Vieira, A. R., 18 de Julho de 1997]. *Público*, n.º 2684, 18 Jul. 1997, p. 30.

⁶BARROS, André de. *Vida do Apostólico Padre António Vieira da Companhia de Jesus chamado por Antonomásia O Grande*. Lisboa, 1746, p. 494.

⁷*Ibidem*, p. 6.

⁸AZEVEDO, João Lúcio de, *op. cit.*, p. 16.

⁹*Ibidem*, p. 34.

¹⁰VIEIRA, António. *Sermões*, Tomo III. Porto: Lello & Irmãos, 1959, p. 112 e ss.

¹¹*Ibidem*, Tomo XIV, p. 359.

¹²*Ibidem*, p. 311-312.

¹³*Ibidem*, Tomo I, p. 325.

¹⁴*Ibidem*, p. 326.

¹⁵*Ibidem*, p. 327.

¹⁶AZEVEDO, João Lúcio de, *op. cit.*, p. 174.

¹⁷VIEIRA, António, *op. cit.*, Tomo XI, p. 156.

¹⁸*Ibidem*.

¹⁹AZEVEDO, João Lúcio de, *op. cit.*, p. 99.

²⁰*Ibidem*, p. 141.

²¹VIEIRA, António, *op. cit.*, Tomo III, p. 59.

²²*Ibidem*, p. 32.

²³VIEIRA, António. Carta de 25 de Dezembro de 1652. In: ____, *Cartas*. Coordenação e notas por J. Lúcio de Azevedo, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1970-1971, p. 291.

²⁴VIEIRA, António. Carta de 26 de Maio de 1653. In: ____. *Cartas, op. cit.*, p. 304.

²⁵VIEIRA, António. Carta de 20 de Maio de 1653. In: ____. *Cartas, op. cit.*, p. 219.

²⁶*Ibidem*.

²⁷VIEIRA, António. *Sermões, op. cit.*, Tomo XI, p. 169.

²⁸*Ibidem*.

²⁹*Ibidem*, p. 174.

³⁰CIDADE, Hernâni. *Padre António Vieira: A Obra e o Homem*. 2.ª ed. Lisboa: Arcádia, 1979, p. 70.

³¹VIEIRA, António. *Sermões, op. cit.*, Tomo VII, p. 260.

³²VIEIRA, António. *Sermões, op. cit.*, Tomo V, p. 71.

³³*Ibidem*, p. 75.

³⁴VIEIRA, António. *Sermões, op. cit.*, Tomo I, p. 488.

³⁵REAL, Miguel. *A Morte de Portugal*. Porto: Campo das Letras, 2008, p. 81.

- ³⁶VIEIRA, António. *História do Futuro*, vol. II. In: _____. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Sá da Costa, 1953, p. 246-247.
- ³⁷VIEIRA, António. *Cartas, op. cit.*, vol. II, p. 211.
- ³⁸Cf. CANTEL, Raymond. *Prophétisme et messianisme dans l'oeuvre de Antonio Vieira*. Paris: Ed. Hispano-Americanas, 1963, *passim*.
- ³⁹BANDARRA. *Profecias de Bandarra, Sapateiro de Tancoso*. Apresentação de António Carlos Carvalho. Lisboa: Vega, s.d., p. 71 e 82.
- ⁴⁰VIEIRA, António. *Cartas, op. cit.*, p. 160-161, 210, 231, 232, 236 e 252-254.
- ⁴¹VIEIRA, António. *Sermões, op. cit.*, vol. VII, p. 68-69.
- ⁴²Idem, *Cartas, op. cit.*
- ⁴³“Carta que o Padre António Vieira, estando em Roma, vez escreveu a um português e grave que também lá se achava sobre o rigor de estilo das Inquirições em Portugal naquele tempo”, BA, cód. 49-IV-23.
- ⁴⁴VIEIRA, António, S.J. *Obras Inéditas*, Tomo I. Lisboa, 1857, p. 175.
- ⁴⁵VIEIRA, António, *Cartas, op. cit.*
- ⁴⁶Sermão de Santo António, em *Padre António Vieira (1608-1697): Imperador da Língua Portuguesa*. Coordenação de José Eduardo Franco. Lisboa: Correio da Manhã, 2008, p. 22.
- ⁴⁷AZEVEDO, João Lúcio de, *op. cit.*
- ⁴⁸Cf. CARVALHO, Joaquim Montezuma de. *Sor Juana Inés de la Cruz e o Padre António Vieira ou a disputa sobre as Finezas de Jesus Cristo*. Lisboa: Vega, 1998.
- ⁴⁹CASTRO, Aníbal Pinto de. *António Vieira: Uma síntese do barroco luso-brasileiro*. Lisboa: Correios, 1997, p. 201-202.
- ⁵⁰CANTEL, Raymond. Vieira e a filosofia política do Quinto Império. *Tempo Presente*, n.ºs 17-18, 1960, p. 26-27.
- ⁵¹ANTUNES, Padre Manuel, S.J. *Paideia: Educação e Sociedade*, Tomo II. In: *Obras Completas do Padre Manuel Antunes*. Coordenação Científica de José Eduardo Franco. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 87.
- ⁵²Cf. LOPES, António, S.J. *Vieira, o encoberto: 74 anos de evolução da sua utopia*. Cascais: Principia, 1999, p. 183 e ss.
- ⁵³Cf. CALAFATE, Pedro. *Portugal como problema (Séculos XVII-XVIII): Da obscuridade profética à evidência geométrica*. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público, 2006, p. 61.
- ⁵⁴PESSOA, Fernando. *O Livro do Desassossego*. Prefácio de J. do Prado Coelho. Lisboa, 1982, p. 23.

REFERÊNCIAS

OBRAS DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA

Cartas do Padre António Vieira. Coordenação e notas por João Lúcio de Azevedo, 3 Tomos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1970-1971.

Clavis Prophetarum. A Chave dos Profetas, Livro III. Tradução e edição crítica de Arnaldo Espírito Santo. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.

Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício. Introdução e notas do Prof. Hernâni Cidade, 2 vols. Salvador: Universidade da Bahia, 1957.

História do Futuro. Introdução e notas por Maria Leonor C. Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

Livro Antepreimeiro da História do Futuro. Introdução e notas de José van den Besselaar, 2 vols. Munster, 1976.

Obras Escolhidas. Prefácio e notas de António Sérgio e de Hernâni Cidade, 12 vols. Lisboa: Sá da Costa, 1951-1954.

Sermoens, XV tomos. Lisboa, 1679-1748.

Sermões. Prefácio e revisão por Gonçalo Alves, XV tomos. Porto: Lello & Irmão Editores, 1959.

OBRAS SOBRE O PADRE ANTÓNIO VIEIRA

Actas do Congresso Internacional do Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira, 3 vols. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1999.

ANDREONI, P.^c António. *Compêndio da vida do muito exímio Padre António Vieira*, 1697.

AUTORES vários. *Vieira escritor*. Lisboa: Cosmos, 1997.

AZEVEDO, João Lúcio de. História do Futuro. *Boletim da segunda classe da Academia de Ciências de Lisboa*, vol. XII, 1918, p. 110-247.

_____. *História de António Vieira: Com factos e documentos novos*. 3.^a ed. Lisboa: Editora Clássica, 1992.

BARROS, André, S.J. *Vida do apostólico Padre António Vieyra da Companhia de Jesus chamado por antonomásia O Grande*. Lisboa: Off. Sylviana, 1746.

BATAILLON, Marcel. Le Brésil dans une vision d'Isaïe selon le Père António Vieira. *Bulletin des Études Portugaises*, nouvelle série, tome XXV, 1964, p. 2-12.

BESSELAAR, José van den. António Vieira e a sua História do Futuro. *Minerva*, vol. VIII, 1969, p. 19-40.

_____. António Vieira e a Holanda. *Revista da Faculdade de Letras*, vol. III, 1971, p. 5-35.

_____. *António Vieira: o homem, a obra, as ideias*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.

_____. *O Sebastianismo: História sumária*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

BORGES, Paulo Alexandre Esteves. *A Plenificação da História em Padre António Vieira*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995.

CALAFATE, Pedro. António Vieira ou o elogio da tolerância. *Brotéria*, vol. 145 (números especiais de Outubro-Novembro dedicados ao Padre António Vieira), 1997, p. 361-373.

CANTEL, Raymond. *Prophétisme et messianisme dans l'oeuvre de Antonio Vieira*, Paris: Ed. Hispano-Americanas, 1963.

CARDOSO, Maria Manuela Lopes. *António Vieira: Pioneiro e Paradigma da Interculturalidade*. Lisboa: Chaves Ferreira, 2001.

CASTRO, Aníbal Pinto de. *António Vieira: Uma síntese do barroco luso-brasileiro*. Lisboa: Correios, 1997.

CIDADE, Hernâni. *Padre António Vieira: A Obra e o Homem*, 2.^a ed. Lisboa: Arcádia, 1979.

D'ORS, Eugenio. *Lo Barroco*. Madrid: Aguilar, 1964.

DÓRIA, Álvaro. António Vieira no seu tempo. *Ocidente*, vol. LXI, Separata, 1961.

FRANCO, José Eduardo e REIS, Bruno Cardoso. *Vieira na Literatura Anti-Jesuítica*. Lisboa: Roma Editora, 1997.

FRANCO, José Eduardo. Teologia e utopia em António Vieira. *Lusitania Sacra*, 2.^a Série, vol. XI, 1999, p. 153-245.

_____. O mito da mulher em Vieira: Teologia, representação e profecia – I e II. *Brotéria*, vol. 163, p. 153-174 e p. 279-298.

_____. Uma utopia católica sob suspeita: censura romana à *Clavis Prophetarum* do Padre António Vieira. *Prelo*, n.º 5, 2007, p. 32-47.

LOPES, António. *Vieira, o encoberto: 74 anos de evolução da sua*

Utopia. Cascais: Principia, 1999.

LOURENÇO, Eduardo. Vieira ou o Tempo Barroco. In: _____. *A Morte de Colombo: Metamorfose e fim do Ocidente como mito*. Paris: Chandeigne/UNESCO, 2005, p. 7-19.

MENDES, Margarida Vieira. *A Oratória Barroca de Vieira*. Lisboa: Caminho, 2003.

MURARO, Valmir. *Padre António Vieira: Retórica e utopia*. Florianópolis: Insular, 2003.

REAL, Miguel. *A morte de Portugal*. Porto: Campo das Letras, 2007.

RICART, Robert. António Vieira e a irmã Inês da Cruz. *Boletim de Estudos Portugueses*, vol. XII, 1948, p. 1-34.

RODRIGUES, Graça A. *Literatura e Sociedade na obra de Frei Lucas de Santa Catarina (1660-1740)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

SALDANHA, António V. S. Política e razão de Estado na obra de António Vieira. *Revista Jurídica*, n.º 7, 1986, p. 221-239.

SANTOS, Leonel Ribeiro dos. *Melancolia e Apocalipse: Estudos sobre o pensamento português e brasileiro*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008.

SARAIVA, António José. *História e Utopia*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

_____. *História da Cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal do Fôro, 1950.